

A close-up, high-angle photograph of a person's face, focusing on their eyes and nose. They are wearing dark-rimmed glasses. The lighting is warm and soft, highlighting the texture of their skin and the strands of their hair. The background is blurred, suggesting an indoor setting.

O LUGAR MAIS DESENVOLVIDO DO MUNDO

AUGUSTO
DE FRANCO

INVESTINDO NO CAPITAL SOCIAL PARA
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO

EDITORA PLUS

O LUGAR MAIS DESENVOLVIDO DO MUNDO

Investindo no capital social para
promover o desenvolvimento comunitário

Augusto de Franco

setembro de 2009

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Introdução	8
Capital social e desenvolvimento comunitário.....	13
Superando mitos e preconceitos para promover o desenvolvimento local.....	35
Os fundamentos do desenvolvimento local.....	66
Um referencial glocal: “A Carta da Terra”	93

A inovação social.....	119
Referências	165
Sobre esse livro	166
Sobre a Editora Plus.....	167

APRESENTAÇÃO

Este livro propõe um investimento no desenvolvimento humano por meio de um investimento no desenvolvimento social. Ou seja, um investimento nas pessoas, para que elas próprias possam melhorar as suas condições de vida. Mas com uma diferença importante. A proposta contida aqui é a de que isso seja feito por meio de um investimento na sociedade local, para que melhorem as condições de convivência social.

Assim, o que está sendo proposto aqui é um investimento no ambiente social. Para que esse ambiente gere a “energia” necessária para o desenvolvimento humano e social sustentável.

Essa “energia” pode ser encarada também como uma espécie de “poder social”. Esse “poder social”, que passa da coletividade para cada pessoa, se chama empoderamento.

Sem tal “poder” não há desenvolvimento, nem da coletividade (desenvolvimento social), nem de cada indivíduo (desenvolvimento humano). Pode até haver um surto de crescimento, mas ele não refletirá melhorias das condições de vida e de convivência social no longo prazo (ou seja, não será um desenvolvimento sustentável).

Essa “energia” – essa fonte de recursos que impulsiona o desenvolvimento – vem sendo estudada ultimamente como se fosse um novo tipo de “capital”: o chamado capital social.

Este livro, portanto, está propondo que você se transforme em um novo tipo de investidor. Um “investidor de capital social”.

Os resultados das suas “aplicações” serão visíveis já no primeiro ano. Mas você deve ter um pouco de paciência para esperar que o processo adquira sua própria dinâmica e tenha condições, como se diz, de “andar com as próprias pernas”.

Em média são necessários mais ou menos três anos para que o seu investimento comece a render dividendos em termos de autonomia e protagonismo local. Para quem investe em outros tipos de capitais não-especulativos, convenhamos: é um tempo bem razoável de retorno. Sim, o investimento em capital social é muito rentável.

O investimento que está sendo proposto aqui tem como objetivo transformar a coletividade que vive no local que você escolheu para morar, trabalhar ou freqüentar, em uma coletividade que compartilha um sonho comum: o sonho de um novo futuro desejado coletivamente. Em outras palavras, o investimento proposto aqui tem como objetivo construir uma comunidade de projeto.

Para quê? Para tornar o lugar em que você quer viver no melhor lugar do mundo para se conviver. Ou seja, para construir o lugar mais desenvolvido do mundo para você. É um objetivo ambicioso, devemos reconhecer. Mas é possível, depende apenas do que a gente queira entender por desenvolvimento.

Para atingir esse objetivo você pode aplicar várias estratégias de indução do desenvolvimento local. Este livro sugere que você aplique uma tecnologia inovadora diretamente orientada para o investimento em capital social, como faz a estratégia chamada DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

INTRODUÇÃO

No Brasil e em vários países do mundo está surgindo uma nova maneira de combater a pobreza:

- Ao invés de ofertar recursos, investir nas capacidades permanentes das pessoas e em ambientes sociais favoráveis.
- Ao invés de executar políticas assistencialistas e clientelistas, promover o desenvolvimento humano e social sustentável.
- Ao invés de ficar esperando tudo do Estado, construir parcerias entre indivíduos e organizações da sociedade civil, empresas e governos, em todos os níveis, para executar programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social.
- Ao invés de agir setorialmente para satisfazer necessidades das populações, apostar nos ativos que toda comunidade possui.

- Ao invés de partir de diagnósticos burocráticos de carecimentos e ficar lamentando a falta de recursos orçamentários, partir do mapeamento das potencialidades que já existem em estado latente e podem ser dinamizadas, alavancando novos recursos.
- Ao invés de ficar esperando que alguém, de cima ou de fora, venha resolver os problemas de uma localidade, exercer o protagonismo comunitário, tomar iniciativas, agregar competências e assumir responsabilidades para promover o desenvolvimento local.

É uma nova onda que vem se avolumando nos últimos anos: a onda do desenvolvimento local.

Ela pode alterar profundamente a forma de atuação de governos, empresas e organizações da sociedade civil, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de combate à pobreza.

Os programas tradicionais de combate à pobreza não conseguem acabar com a pobreza. Na sua grande maioria esses programas se alimentam da pobreza, alimentam a pobreza e mantêm a pobreza.

Os governos devem compreender que programas centralizados, assistencialistas e clientelistas não podem ter bons resultados. Já passou da hora de superar esse tipo de atuação.

As empresas já estão percebendo que o exercício da sua responsabilidade social corporativa ou do investimento social privado não pode se basear em programas assistencialistas e setoriais desarticulados.

O que é melhor: adotar 200 crianças de uma comunidade pobre, satisfazendo suas necessidades de saúde e educação, ou construir as condições para que essa comunidade possa, ela mesma, cuidar de suas próprias crianças carentes?

O que é mais sustentável? O que é mais viável?

A sociedade civil – muitas vezes em parceria com governos e empresas – já vem tomando iniciativas na promoção de processos integrados e sustentáveis de desenvolvimento em milhares de localidades do país.

O QUE É O DLIS?

Nos últimos anos têm surgido com bastante força várias estratégias e metodologias de indução do desenvolvimento local. Existe uma diversidade de experiências em curso no momento: desenvolvimento econômico local, desenvolvimento local sustentável, Agenda 21 Local, sistemas sócio-produtivos e redes de sócio-economia alternativa e solidária ensaiados em escala local. No Brasil a experiência de maior dimensão, desde o final da década passada, é o chamado DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Diferentemente de outras metodologias de promoção do desenvolvimento local, o DLIS é, fundamentalmente, uma estratégia de investimento em capital social. Essa estratégia é aplicada por meio de algumas tecnologias sociais inovadoras de articulação de redes e de efetivação de processos democrático-participativos ensaiados em escala local. Há uma metodologia que conduz a utilização dessas tecnologias e que, portanto, operacionaliza a estratégia DLIS.

Os passos básicos da metodologia do DLIS são os seguintes:

- 1) Cada localidade faz um diagnóstico participativo para conhecer a sua realidade, identificar os seus problemas e descobrir suas vocações e potencialidades.
- 2) A partir desse diagnóstico, é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento.
- 3) Desse plano é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros: comunidade local, prefeitura, governo estadual, governo federal, empresas e organizações da sociedade civil.
- 4) Tudo isso é organizado por um fórum democrático, formado por lideranças locais.
- 5) Essas lideranças locais participam de um processo de capacitação para uma gestão comunitária empreendedora do seu processo de desenvolvimento.

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Este capítulo trata de um assunto muito importante: de como é possível, para uma comunidade qualquer, começar a promover o seu próprio desenvolvimento, da sua maneira, apostando em seu próprio potencial, aproveitando a sua capacidade de investir em seus próprios ativos humanos e sociais.

Para começar, temos que responder a duas perguntas fundamentais:

1 – O que é desenvolvimento?

2 – E o que é uma comunidade?

Tudo vai depender das respostas que dermos para essas duas perguntas.

Se você acha que desenvolvimento é o resultado automático do crescimento econômico de uma localidade – que pode ser avaliado, por exemplo, pelo número de prédios, de automóveis e de outras coisas geralmente associadas ao progresso – então, sinto dizer, este livro não vai lhe ajudar.

Se você acha que comunidade é sinônimo de uma coletividade humana qualquer, então tudo o que está escrito neste livro também não lhe poderá ser muito útil.

Neste capítulo e nos seguintes você encontrará os fundamentos do desenvolvimento local, entendido como desenvolvimento de comunidades de projeto a partir dessas próprias comunidades.

UM SILÊNCIO QUE EXPLICA MUITA COISA

De carro ou de ônibus, você já deve ter passado por muitas cidades pobres, consideradas pouco desenvolvidas, que ficam na beira de qualquer estrada do País. Essa cidade pode até ser aquela em que você vive.

Em geral, o que você vê nessas ocasiões? Muitos canteiros floridos? Bancos de pedra circundados por jardins bem-cuidados? Magníficas esculturas de artistas locais? Um portal fabuloso, onde jovens da localidade dão as boas vindas aos visitantes e entregam flores e folhetos contando a história e descrevendo a geografia do município e o que ele tem de bom, os produtos que fabrica, as festas que realiza?

Não. O que você vê são peças de carro enferrujadas, pneus velhos, refugo de material de construção, fachadas sujas, paredes em que faltam pedaços ou cujo reboco está descascado, vidros basculantes quebrados. E, além disso, entulho e lixo. Muito lixo amontoado.

Realmente é muito triste.

Se você entrar nessa cidade e perguntar às pessoas que vivem ali por que elas não cuidam da fachada da sua própria cidade, elas olharão espantadas e responderão: “Ora, porque eu não tenho nada a ver com isso”. Ou então dirão: “A culpa é dos políticos, que não fazem nada”.

Se você retrucar – “Mas já que os políticos não fazem nada, por que vocês mesmos não tomam a iniciativa? Será que vocês não podem juntar aí umas vinte ou trinta pes-

soas e, em um domingo de manhã qualquer, promover um mutirão para remover o lixo, cair as fachadas das casas, consertar as paredes, substituir os vidros quebrados?” – provavelmente ouvirá o silêncio como resposta. Preste bastante atenção nesse silêncio. Ele explica muita coisa.

O SILÊNCIO QUE EXPLICA POR QUE UMA LOCALIDADE É CONSIDERADA POUCO DESENVOLVIDA

Bom, mas aí você entra na cidade e procura as lideranças locais: o prefeito, os vereadores, os líderes comunitários, os presidentes dos sindicatos rural e dos trabalhadores, os donos da padaria e da farmácia, o padre e o pastor, o juiz de direito, o gerente do banco. Você procura essas pessoas para conversar com elas sobre o desenvolvimento daquela localidade.

Digamos que você consiga fazer uma reunião com algumas dessas pessoas. E que, durante a reunião, você pergunte se ali naquela cidade existem analfabetos jovens, que abandonaram a escola sem chegar a aprender a ler e escrever. Você pergunta quantos

são esses analfabetos e se é possível saber quem são eles. Provavelmente haverá uma pequena discussão. Ninguém saberá o número exato. Depois de rápida troca de opiniões, sairá a resposta. “Bom. Aqui devemos ter mais ou menos uns trezentos analfabetos jovens”.

Você continua: “E vocês sabem quem são esses jovens, onde eles moram?” Eles responderão que sim, e podem até a começar a citar nomes: “É o filho da Toinha, que ajuda o pai na roça; e tem também os três filhos do Esmênia, que enviuvou no ano passado...”. E a lista vai prosseguindo à medida que os presentes vão lembrando de outras pessoas.

Aí você interrompe e pergunta: “Mas por que vocês deixaram a situação chegar a esse ponto?”

A primeira reação do pessoal da cidade será defensiva. Eles apresentarão uma justificativa mais ou menos assim (e não importa se você está no estado do Pará, na Bahia ou no Vale do Ribeira, em São Paulo): “O governo (estadual ou federal) não ajuda.

Nós somos fracos. Sozinhos, não damos conta. Além disso, tem tanto problema pra resolver... A prefeitura não tem um tostão furado. Não consegue nem pagar os salários dos funcionários. E o povo não quer nada. Não é unido. Cada um só pensa nos seus negócios, na sua vida”.

Então você pergunta: “Mas vem cá, pessoal. Será que nessa cidade, que tem quase vinte mil habitantes (vamos imaginar que seja assim), será que não tem aqui uma professora aposentada, um gerente de banco com tempo sobrando, um aluno mais adiantado cujas noites estão livres ou qualquer outra pessoa que possa alfabetizar esses jovens? Será que é muito difícil organizar algumas turmas de alfabetização todo dia, das 7 às 9 da noite, no salão paroquial ou na sede do sindicato?”

O pessoal responderá que não, que é possível fazer isso. Que até já foi tentado, certa vez, pelo fulano. Mas que a coisa acabou esfriando quando esse fulano se mudou para a capital.

Você continua insistindo e pergunta: “Mas se é assim tão fácil, por que vocês não fazem?”

Então você ouvirá como resposta novamente aquele silêncio. Aquele silêncio denso, profundo, mas que explica tudo. Explica por que aquela localidade é considerada um lugar pouco desenvolvido.

A PERGUNTA CERTA

Para entender o que é desenvolvimento, a pergunta que precisamos fazer não pode ser por que uma determinada localidade conseguiu se desenvolver. Ou, de onde vieram os recursos para promover esse desenvolvimento. Ou, ainda, quem teve a idéia genial de investir ali, nesse ou naquele setor econômico, que prosperou e puxou o desenvolvimento da localidade como um todo.

Para entender o que é desenvolvimento comunitário a pergunta que devemos fazer é por que uma comunidade não está conseguindo se desenvolver, o que a está impedindo de fazer isso. Ou, em outras palavras, por que as pessoas, coletivamente, não estão tomando a iniciativa de promover o seu próprio desenvolvimento.

Essa é a pergunta certa.

A resposta para essa pergunta nos levará diretamente para um novo conceito, para uma nova idéia que tenta explicar por que, em certos ambientes sociais, as pessoas se sentem com poder suficiente para promover, coletivamente, o seu próprio desenvolvimento e por que, em outros ambientes, as pessoas não estão suficientemente empoderadas para fazer isso.

E por que, em determinadas sociedades, as pessoas acreditam nas outras e confiam umas nas outras quando decidem fazer juntas uma coisa qualquer. Desde um mutirão para limpar a fachada da cidade até um programa local de alfabetização de jovens. E, ao contrário, por que, em outras sociedades, as pessoas acham sempre que são fracas para fazer qualquer coisa, que precisam que venha alguém de fora – mais poderoso, mais forte, com mais recursos – para resolver os problemas que elas, sozinhas, nunca darão de solucionar. Nessas sociedades, as pessoas não acreditam nas outras, não empreendem nada junto com as outras porque imaginam que as outras vão deixá-las na mão na hora “H”. Têm medo de se comprometer a ajudar alguém e, depois, quando precisarem de ajuda, não aparecer ninguém para retribuir.

O nome do novo conceito, que foi construído para explicar essa diferença, é capital social.

Para entender o que é capital social não basta ler uma definição do termo. Capital social é uma idéia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa. Mas é um “poder social”. É a sociedade que confere esse poder (ou seja, que empodera) a seus indivíduos. É o ambiente social que insufla essa espécie de “energia” que explica, por exemplo, por que certas localidades parecem estar “vivas” enquanto outras parecem estar morrendo ou fenecendo.

Pois bem. Esse “poder social” depende, por sua vez, da forma como se organiza e como atua o poder político. Se o poder político se estrutura verticalmente, hierarquicamente, como uma pirâmide: poucos em cima e muitos na base, sem muitas conexões entre si, então esse “poder social” será muito reduzido e as pessoas terão medo de empreender, desconfiarão umas das outras e não farão muitas coisas juntas. E se o poder político atua de modo centralizador e autoritário, se não procura criar condições para a participação coletiva, para que as pessoas possam tomar decisões coletivas democraticamente, então esse “poder social” será baixo.

Pelo contrário, se existem muitas redes sociais – quer dizer, se as pessoas estão conectadas umas às outras e se elas podem ter múltiplos caminhos para chegar até as outras – e se, além disso, existem muitos processos democrático-participativos acontecendo (conselhos, fóruns e agências de desenvolvimento, com a presença de pessoas do governo, das empresas e das organizações da sociedade civil), então esse “poder social” será alto.

Em outras palavras, quanto mais rede e mais democracia participativa houver, maior será o nível, o estoque ou o fluxo do capital social de uma sociedade. E quanto menos redes e menos processos democrático-participativos houver, menor será o capital social de uma localidade.

Ora, quanto menor o capital social de uma localidade, menor o seu desenvolvimento. Aqui não tem erro nem exceção. Uma localidade com nível insuficiente de capital social também terá um nível insuficiente de desenvolvimento. Não importa se você levar para essa localidade uma empresa enorme, que dê emprego para todas as pessoas. Do ponto de vista do desenvolvimento essas pessoas continuarão pobres e a localidade continuará pobre. Porque, desse ponto de vista – e ao contrário do que tanto se repete –, pobreza não é insuficiência de renda e sim insuficiência de desenvolvimento.

Se concordamos com isso, então temos que voltar à nossa pergunta fundamental para entender o que é desenvolvimento comunitário. A pergunta fundamental é: por que uma comunidade não está conseguindo se desenvolver, o que a está impedindo de fazer isso? Ou, em outras palavras, por que as pessoas, coletivamente, não estão tomando a iniciativa de promover o seu próprio desenvolvimento?

Vamos insistir nessa pergunta. Sem respondê-la não poderemos compreender por que uma determinada localidade é considerada bem desenvolvida e outra localidade é considerada pouco desenvolvida.

OS GRANDES EXTERMINADORES DO CAPITAL SOCIAL

A questão é descobrir o que está impedindo as pessoas de exercitarem o protagonismo na solução de seus próprios problemas e por que elas não estão conseguindo aproveitar tantas oportunidades que se abrem diariamente diante de seus olhos.

Por quê?

A resposta tem a ver, como dissemos, com a maneira como o poder político se estrutura e como ele atua. Tem a ver, em outras palavras, com os padrões de organização e com os modos de regulação (de conflitos) que são praticados.

Se as pessoas ficam esperando que as coisas que podem melhorar a sua vida venham sempre de cima, de algum poder maior e, acreditando nisso, ficam paralisadas, então não podem mesmo se desenvolver, nem individual, nem coletivamente. Todavia, as pessoas não nascem acreditando nisso (ou seja, acreditando que as coisas boas vêm de cima e deixando de acreditar nelas próprias). Isso entrou na cabeça delas em algum momento. Alguém colocou isso lá. Algum tipo de sistema político está interessado em que as pessoas pensem assim e não ajam por si mesmas, não caminhem com suas próprias pernas.

Para quê? Para ficar dependendo sempre de algum intermediário. De alguém que atue como despachante dos recursos públicos, e também como padrinho para oferecer proteção, indicar cargos e ministrar vantagens, favorecimentos e privilégios e que, em troca desses serviços, obtenha votos e os vários tipos de apoios que são necessários para continuar no posto em que estão ou para conquistar uma nova posição de poder. Assim vai se formando uma cadeia vertical, cujos elos inferiores são o vereador e o pre-

feito, mas que passa pelo deputado estadual e pelo governador, pelo deputado federal e pelo senador e chega ao presidente. Mas que envolve também muito mais gente, como, por exemplo, parte da burocracia estatal e os detentores de cargos de confiança – os principais auxiliares, como os ministros e os secretários estaduais e municipais e uma multidão de assessores – que trabalham, direta ou indiretamente, para satisfazer as pretensões políticas daqueles titulares que os nomearam.

Em geral os sistemas políticos, organizados verticalmente e atuando, em grande parte, autocraticamente, só conseguem se manter desativando o empreendedorismo, o protagonismo e a participação coletiva. Eles fazem isso através de três práticas principais: a centralização e o centralismo, o assistencialismo e o clientelismo.

Essas três práticas se constituem como os grandes exterminadores do capital social. Quanto mais centralismo, quanto mais assistencialismo e quanto mais clientelismo forem praticados em uma localidade, menor será o seu capital social. E menor, portanto, será o nível de desenvolvimento dessa localidade.

O QUE É NECESSÁRIO EXPLICAR

Uma comunidade – se for realmente uma comunidade e não apenas uma coletividade de pessoas assentadas sobre um mesmo território – só não se desenvolve se houver alguma coisa que a impeça de fazê-lo. E uma coletividade assentada sobre um mesmo território só não se constituirá como uma verdadeira comunidade se houver alguma coisa que a impeça de fazê-lo.

Dizer isso significa assumir o seguinte: os seres humanos em sociedade, deixados a si mesmos, são capazes de gerar ordem espontaneamente a partir da sua interação. Mas isso desde que essa interação seja – em algum grau – cooperativa.

Mas significa dizer, além disso, que essa interação será sempre – em algum grau – cooperativa. A menos que algo impeça a ampliação social dessa cooperação, induzindo à competição sistemática. Uma competição tão forte que inviabilize a ampliação social dessa cooperação.

Isso é o capital social: cooperação ampliada socialmente. Cooperação que se reproduz socialmente.

Não existiria sociedade humana se os seres humanos não cooperassem espontaneamente.

Não é preciso explicar a cooperação. O que é preciso explicar é a falta de cooperação. Segundo esse ponto de vista o ser humano é inerentemente cooperativo. Se não for, não será ser humano. Há aqui, obviamente, uma aposta antropológica, que se distancia bastante das visões biológicas darwinistas, que dizem que o seres humanos (ou os seus genes, ou os seus memes) são inerentemente competitivos.

Quem trabalha com desenvolvimento comunitário, tem que fazer essa aposta. Se não fizer, o melhor é que deixe de trabalhar com comunidades. Comunidades são o resultado da capacidade que os seres humanos têm, quando colocados em interação durante certo tempo, de cooperar.

Alguém pode dizer que uma aposta como essa não é uma coisa muito científica. A ciência nunca provou que os seres humanos são capazes de cooperar espontaneamente.

te. E está certo. Essa aposta nada tem de científica mesmo. Assim como nada tem de científica a aposta na democracia. Ninguém pode mostrar, cientificamente, que a democracia é um regime melhor (ou menos pior) do que os outros. Existem, aliás, muitas evidências em contrário.

Por exemplo, como é que os que sabem alguma coisa podem ser governados pelos que não sabem?

Como é que alguém que não tem conhecimentos suficientes sobre as implicações ecológicas de um empreendimento (por exemplo, a construção de uma barragem ou a transposição de um rio) pode ser capaz de tomar decisões-chave sobre esse empreendimento, decisões que podem acarretar graves conseqüências sócio-ambientais?

No entanto, apesar disso, preferimos apostar na democracia. Apostar na democracia significa também, no fundo, apostar na capacidade dos seres humanos de estabelecerem, por si mesmos, pactos de convivência que não inviabilizem a sobrevivência coletiva. Significa apostar que os seres humanos, deixados a si mesmos, não vão se entregar a uma guerra de todos contra todos.

Um filósofo chamado Hobbes não apostava na democracia porque pensava que, deixados a si mesmos, os seres humanos iriam acabar se destruindo, porque cada um combateria permanentemente os outros para satisfazer seus próprios interesses egoístas. No limite, isso inviabilizaria a convivência humana e a sua própria sobrevivência em sociedade. Hobbes não poderia ser mesmo um democrata. Mas muita gente que se diz hoje democrata, porque pega mal dizer outra coisa, ainda pensa como Hobbes. Os Estados ainda são, em alguma medida, hobbesianos. Eles se organizam para impor às sociedades um determinado padrão de ordem, para “pacificar” os seres humanos, impedir que guerreiem continuamente entre si e se destruam.

Os que apostam na democracia participativa, pelo contrário, acham que padrões de ordem podem emergir da livre interação dos seres humanos. Assim, os que apostam na democracia também apostam na capacidade da sociedade humana de gerar ordem espontaneamente a partir da cooperação.

Em outras palavras: quem aposta no desenvolvimento comunitário aposta na democracia. Isso não significa, como é lógico, que quem aposta na democracia aposta necessariamente no desenvolvimento comunitário. Mas significa que quem não aposta na democracia não pode apostar no desenvolvimento comunitário.

PARA GANHAR, TEM QUE APOSTAR

Para promover o desenvolvimento comunitário só há um caminho: investir no capital social. Mas se o capital social é produzido espontaneamente, por que então é necessário investir nele?

É uma boa pergunta, não? Para essa boa pergunta temos também uma boa resposta. O capital social só é produzido espontaneamente em certas condições “ambientais”. Se organizarmos as pessoas hierarquicamente, como em uma pirâmide, e se impedimos a sua participação democrática, então o capital social deixa de ser produzido espontaneamente. Ou melhor, deixa de ser produzido na quantidade e na qualidade necessárias para constituir uma comunidade bem desenvolvida. Por quê? Porque, nessas circunstâncias, a cooperação não está podendo se ampliar e se reproduzir socialmente.

Se organizarmos uma sociedade como uma ordem militar, por exemplo, a produção de capital social vai lá pra baixo, para perto de zero.

E se inviabilizarmos que as pessoas se juntem para, a partir da cooperação, decidir sobre o seu próprio destino coletivo e agir conseqüentemente para traçar um caminho em direção ao futuro que desejam alcançar, então o capital social também não vai conseguir ser produzido em quantidade e em qualidade suficientes para promover o desenvolvimento humano e social sustentável daquela coletividade.

Se desenharmos e aplicarmos políticas e programas centralizadores, assistencialistas e clientelistas, então, igualmente, o capital social não vai se produzir e reproduzir na sociedade na quantidade e na qualidade necessárias para promover o desenvolvimento comunitário.

Quando praticamos essas coisas – hierarquia, autocracia, centralização, assistencialismo e clientelismo – estamos, simplesmente, criando ambientes sociais nos quais o capital social não pode florescer, se acumular e se expandir, porque estamos inviabilizando a ampliação social da cooperação. Do ponto de vista adotado aqui – o ponto de vista do desenvolvimento comunitário – estamos criando ambientes anti-humanos.

Agora, uma coisa é certa. Se não criarmos tais ambientes – letais para o capital social – e, pelo contrário, estimularmos a existência de redes sociais e de processos

democrático-participativos, então é “batata”: o capital social vai florescer, vai se acumular e vai se expandir. Quanto mais fizermos isso, quanto mais redes e quanto mais processos democrático-participativos forem praticados, mais capital social haverá. E mais desenvolvimento comunitário haverá.

Portanto, é necessário investir mesmo no capital social. Mas investir no capital social significa o quê? Significa investir em redes e em democracia local. Ou seja, significa, desconstituir as formas de organização piramidais e os processos de decisão centralizadores.

Esse investimento tem que ser feito na prática e não no discurso. Não adianta para nada fazer comícios contra as hierarquias e contra a falta de participação democrática. Também de nada adianta condenar os agentes políticos centralizadores, que promovem políticas e programas assistencialistas e clientelistas. É como se um investidor da Bolsa, ao invés de comprar as ações de uma determinada empresa, quisesse ter resultados apenas elogiando tal empresa e falando mal das outras. Se quiser ganhar, esse investidor tem que apostar. Para investir em capital social é a mesma coisa. Temos que apostar naquela sociedade, naquela comunidade. Temos que acreditar que, provendo a conexão horizontal entre pessoas e grupos, aumentando o número de caminhos entre

esses nodos, alguma coisa acontecerá que desencadeará a produção e a reprodução do capital social. Temos que acreditar que abrindo novos espaços de participação cidadã, construindo novas institucionalidades participativas, alguma coisa acontecerá que promoverá o aumento do capital social naquela sociedade.

DESENVOLVIMENTO SE ALIMENTA DE PAZ

Existe ainda uma outra maneira de destruir capital social ou de impedir a sua geração: a guerra. Qualquer tipo de guerra. Guerra fria ou guerra quente. E também política praticada como se fosse uma espécie de guerra.

Se a gente intervém em uma localidade qualquer e estabelece logo divisões no seu interior, entre quem está a favor ou quem está contra uma determinada proposta ou uma determinada organização e trata tudo a partir dessa divisão, separando as pessoas em amigas e inimigas, então o capital social terá muita dificuldade para ser produzido ali.

Quem faz política como se estivesse em uma guerra, quem persegue sempre destruir alguém e tratá-lo como inimigo só porque ele não está do seu lado ou sob a sua influência, é um exterminador de capital social. Muitas vezes, governos e partidos agem assim. Quando agem assim, se comportam como exterminadores de capital social. Quando agem assim não podem ser agentes do desenvolvimento comunitário.

Por quê? Porque quando agem assim aumentam a desconfiança das pessoas umas nas outras ao invés de encorajá-las a cooperarem entre si. Instaurando nas sociedades um clima adversarial e anti-humano, tais agentes inviabilizam a produção espontânea do capital social.

Capital social é um bem precioso, mas é como uma plantinha delicada que precisa de condições adequadas para florescer. Em um clima de guerra, essa plantinha definha, fenece, morre. Capital social precisa de paz. A paz é o alimento do desenvolvimento humano e social sustentável.

SUPERANDO MITOS E PRECONCEITOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para promover o desenvolvimento comunitário a partir da própria comunidade é necessário superar alguns mitos e preconceitos que ainda estão presentes nas cabeças de muita gente, desde governantes e técnicos de agências governamentais e não governamentais, passando por estudiosos do desenvolvimento, empresários, jornalistas e, até, lideranças da própria sociedade civil.

Enquanto deixarmos nossa consciência ser colonizada por esses mitos e preconceitos não vamos adquirir a confiança suficiente para nos transformarmos em agentes de desenvolvimento.

A seguir vamos examinar dez mitos escolhidos. A vários deles correspondem, não raro, um ou mais preconceitos. Para se manter e reproduzir, a velha cultura política precisa reforçar alguns desses mitos. Isso só é possível porque os mitos se encaixam perfeitamente em alguns preconceitos que foram inculcados pela educação familiar, escolar, religiosa e, às vezes, inclusive, pela educação comunitária.

O primeiro mito é o de que só alguém de fora pode resolver os problemas de uma comunidade.

O segundo mito é o da competência técnica.

O terceiro mito é o de que uma localidade pobre não tem recursos.

O quarto mito é o de que, para promover o desenvolvimento, precisamos de muitos recursos financeiros.

O quinto mito é o de que desenvolvimento significa necessariamente crescimento econômico.

O sexto mito é o de que promover o desenvolvimento de uma localidade não adianta nada se o país como um todo não crescer.

O sétimo mito é o de que o local é muito pequeno, não tem escala e, assim, o desenvolvimento tem que ser regional.

O oitavo mito é o de que a vanguarda puxa a retaguarda.

O nono mito é o de que desenvolvimento social é para os pobres e de que somente quando eles melhorarem sua renda vão poder se dedicar para valer ao que conta de fato: o desenvolvimento econômico.

O décimo mito é o de que o desenvolvimento pode ser induzido apenas pelo Estado e produzido apenas pelo mercado.

Vamos então examinar agora, em mais profundidade, cada um desses mitos e conceitos.

SANTO DE CASA NÃO FAZ MILAGRE

O primeiro mito é o de que só alguém de fora pode resolver os problemas de uma comunidade. Ele casa com o preconceito segundo o qual os de dentro – os iguais a nós – não têm capacidade nem competência para resolver os problemas e aproveitar as oportunidades que se apresentam. Esse é o preconceito do “santo de casa não faz milagres”.

O problema maior é que esse preconceito está presente na totalidade das localidades consideradas pouco desenvolvidas. As pessoas dizem e repetem, em todo lugar, as mesmas coisas: “Nós somos fracos, nós precisamos de ajuda mas ninguém vem nos ajudar, nós não temos recursos suficientes para fazer nada”.

Os que falam essas coisas não conseguem ver o seu próprio potencial humano e o potencial social da comunidade onde vivem. Não conseguir ver o próprio potencial – humano e social – é o primeiro sintoma da pobreza como insuficiência de desenvolvimento.

Entretanto, todos os seres humanos têm capacidades e competências para resolver, do seu modo, os seus problemas e para aproveitar as oportunidades que surgem. A questão é o desenvolvimento desse potencial. Aliás, o que chamamos de desenvolvimento significa, exatamente, o desenvolvimento desse potencial, que existe sempre, em geral em estado latente, na forma de recursos que podem ser dinamizados.

Então, promover o desenvolvimento é tornar dinâmicas essas potencialidades.

Não enxergando a riqueza que possuem, as pessoas costumam olhar logo para fora. E acham que só alguém de fora, quer dizer, alguém diferente delas, pode ter a capacidade e a competência para resolver os seus problemas.

POBRE NÃO SABE NADA

O segundo mito é o da competência técnica. Ele casa com o preconceito de que o pobre, se é pobre, é porque não sabe nada. Assim, os habitantes de uma localidade po-

bre imaginam que não têm os conhecimentos necessários para promover o seu próprio desenvolvimento e acham que precisam da ajuda de especialistas, pessoas que sabem como fazer as coisas. Diante desse saber técnico, as pessoas tendem a achar que a sua opinião não tem muito valor.

Há, aqui, um problema grave, uma confusão entre conhecimento e opinião. É claro que sempre vamos precisar de pessoas com conhecimentos técnicos para fazer muitas coisas. Algumas dessas pessoas vivem em nossa própria localidade. Outras, não. Devem mesmo ser consultadas em muitos casos: por exemplo, para fazer uma ponte, às vezes precisamos de um engenheiro que mora em outro lugar. Em outros casos, não: por exemplo, para fazer uma casa de madeira, podemos, em geral, contar com os conhecimentos práticos de um marceneiro local.

Esse conhecimento técnico – útil para muitas coisas – não vale mais do que a nossa opinião para decidir sobre os rumos do desenvolvimento da nossa comunidade. A opinião não pode ser desvalorizada diante do conhecimento. Quando isso acontece, não estamos mais exercitando um processo democrático.

Todavia, muita gente que é especialista em alguma coisa imagina que seu conhecimento lhe dá mais direito de dizer para onde uma comunidade deve ir, o que deve fazer e de que modo deve caminhar. Como são competentes em uma dada área de estudo ou atividade, acham que, por isso, também são mais competentes do que os outros em todas as coisas. Vem daí o mito da competência técnica.

O que é mais grave é que, em geral, as pessoas simples de uma comunidade acreditam nesse mito porque se deixam levar pelo preconceito de que, sendo pobres, não sabem nada. Assim, por exemplo, dão mais valor à palavra do médico do que à daquela líder comunitária, semi-analfabeta, que mora lá longe, em um distante distrito da zona rural. Ora, o médico pode entender de medicina, mas isso não o qualifica para entender melhor as necessidades e as possibilidades de desenvolvimento da comunidade do que a líder comunitária.

O exemplo do médico reflete o que geralmente acontece. Não é por acaso que muitos médicos de pequenas localidades acabam virando prefeitos.

Um outro problema é que o mito do saber técnico desqualifica não somente a opinião política mas também os saberes tradicionais, as habilidades e competências práticas e reflexivas das populações. Há uma sabedoria, às vezes imensa, acumulada em qualquer comunidade e isso também é conhecimento, de outro tipo, que não pode ser desqualificado pelo saber técnico.

POBREZA DE TUDO, ATÉ DE VISÃO

O terceiro mito é o de que uma localidade pobre não tem recursos. Ele tem relação com mito anterior.

Esse mito parte da dificuldade de perceber os muitos recursos que qualquer comunidade tem. A vida na Terra demorou milhões de anos para chegar ao *homo sapiens*, mas, em geral, não percebemos a riqueza constituída pelas pessoas de uma comunidade. Alguns, por exemplo, acham que o gado vale mais do que gente. Então, se uma comunidade tem muitas pessoas, cada qual com suas habilidades, competências e dons, formando um conjunto de grande diversidade antropossocial, isso, às vezes, aos olhos

de alguns, não vale nada. Outros, ainda, acham que tanta gente é um problema. E não enxergam que aí pode estar a solução. Cingapura não tem recursos naturais, mas tem muita gente qualificada, muito capital humano, e é esse riquíssimo recurso que tem impulsionado o seu desenvolvimento econômico (por exemplo, na área de produção de *softwares*).

Toda localidade tem algum tesouro enterrado que precisa ser descoberto. Mas, frequentemente, as pessoas acham que precisam fazer longas viagens ou expedições para encontrar, em distantes paragens, um tesouro que está logo ali, abaixo de seus pés. Alguns – cegos, daquela cegueira que se chama pobreza de visão – acham que o negócio é tentar “assaltar” o Tesouro da União ou do estado, porque acham que é lá que está o dinheiro – suposta solução para todas as coisas.

Além das pessoas – sua riqueza maior –, toda localidade tem também atrativos turísticos naturais, a beleza de suas águas, de suas montanhas, de suas matas. Muitas vezes tem, além disso, seus minerais preciosos ou semipreciosos. Tem potencial energético, como quedas d’água, vento constante ou forte insolação.

A comunidade em si é uma riqueza. A configuração peculiar, única, que representa um coletivo humano estável que convive em um mesmo território, também representa um potencial tremendo. As tradições, as festas, o artesanato de raiz, o modo particular como os problemas são enfrentados, os padrões de convivência e as formas de sociabilidade – todas essas coisas são ativos, em geral desprezados pelos técnicos do desenvolvimento e por pessoas da própria localidade.

Pois bem. Todas essas coisas são recursos para o desenvolvimento. Não existe comunidade tão pobre que não tenha tais recursos. Se existir, devemos recomendar que as pessoas saiam dali. Pois nenhum ser humano e nenhuma coletividade humana merecem viver e conviver em um local onde não existem recursos. Permanecer em um lugar como esse seria como estar condenado a não ter chance de se desenvolver.

Não ver tais recursos é um sintoma da pobreza. Não é a falta de recursos que caracteriza a pobreza de uma comunidade e sim a incapacidade de descobrir e de dinamizar seus recursos.

Em geral não vemos os recursos que possuímos porque pensamos que recurso é somente dinheiro. Mas se colocássemos dinheiro em uma localidade que não tivesse recursos humanos, sociais e ambientais, esse dinheiro, por muito que fosse, nunca poderia promover o desenvolvimento.

Temos inúmeros exemplos de localidades pobres que receberam grandes quantidades de recursos financeiros e que, apesar disso, continuaram pobres, até mais pobres do que eram antes de receber tais recursos. O dinheiro foi gasto, em geral malgasto e, quando acabou, não sobrou nada. Quer dizer, aquele dinheiro (capital financeiro) não produziu mais recursos, não significou um investimento em capacidades permanentes das pessoas (capital humano) nem em ambientes favoráveis ao desenvolvimento (capital social).

DESENVOLVIMENTO É COISA DE RICO OU PARA FICAR RICO

O quarto mito é o de que, para promover o desenvolvimento, precisamos de muitos recursos financeiros. De certo modo esse mito já foi abordado acima.

Vale a pena comentar, entretanto, apenas um aspecto adicional desse mito, que tem a ver com o preconceito de que desenvolvimento é coisa de rico. É curioso, mas muitas vezes a gente inverte as coisas. Imaginamos que, para promover o desenvolvimento, precisamos de muito dinheiro, ao invés de pensar que o dinheiro (resultado do crescimento econômico) deve vir como uma consequência e não como uma condição do desenvolvimento. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Por outro lado, a riqueza que deve ser alcançada com o desenvolvimento não significa, como vimos, apenas dinheiro. Se o dinheiro não servir para aumentar as capacidades das pessoas e das comunidades de resolverem os seus problemas e aproveitarem as suas oportunidades, ele não será um insumo para o desenvolvimento.

Ao contrário do que se acredita, sempre podemos promover o desenvolvimento, mesmo quando nossos recursos financeiros forem muito pequenos. Qualquer comunidade, por mais pobre que seja, pode alfabetizar seus jovens que abandonaram a escola, diminuir o insucesso escolar de suas crianças, melhorar o aspecto da sua cidade, zelar pelas suas ruas e estradas, fazer canteiros e cultivar belos jardins nas suas praças, confortar seus doentes e proteger as pessoas em situação de risco e com necessidades especiais.

Se cada um cuidasse apenas do seu jardim e da fachada de sua residência, o efeito na auto-estima da comunidade já seria fantástico. Seria um impulso formidável para o desenvolvimento da localidade.

Para fazer tudo isso ninguém precisa ser rico. E fazendo tudo isso, ninguém vai necessariamente ficar rico (de dinheiro). Mas vai estar, tanto individual quanto coletivamente, se desenvolvendo – quer dizer, vivendo e convivendo cada vez melhor.

DESENVOLVIMENTO É A MESMA COISA QUE CRESCIMENTO

O quinto mito é o de que crescimento econômico significa necessariamente desenvolvimento. Esse talvez seja o mito mais arraigado, sobretudo naqueles que têm como tarefa promover o desenvolvimento.

Ora, se crescimento significasse automaticamente desenvolvimento, o Brasil deveria ser um dos países mais desenvolvidos do mundo. Porquanto fomos campeões de

crescimento. E ao final de nosso glorioso período de crescimento recorde (que vai de 1850 a 1980, quando despontamos como a oitava economia do mundo, medida pelo tamanho do PIB), também éramos campeões de outra coisa: de defasagem, hiato, distanciamento, abismo mesmo, entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Diz-se, em geral, que isso aconteceu porque crescemos concentrando a renda ao invés de distribuindo-a. Mas o único lugar em que a renda pode ser distribuída facilmente é nos palanques. Na vida real não é possível distribuir renda (um dos fatores do desenvolvimento) enquanto a riqueza, o conhecimento e o poder (outros fatores, tão importantes como a renda, do desenvolvimento) estiverem concentrados. É o caso do Brasil e de muitos outros países.

Mesmo que quiséssemos distribuir renda, literalmente, fisicamente, por meio da doação regular de dinheiro, em espécie, para os pobres, mesmo neste caso, a renda tornaria, mais cedo ou mais tarde, a se reconcentrar. Porque uns – aqueles com mais acesso ao crédito para adquirir e realizar a propriedade produtiva, aqueles com mais conhecimento e aqueles mais empoderados – aproveitariam tal renda assim distribuída para gerar mais renda, enquanto outros apenas gastariam o que receberam e

permaneceriam na mesma, eternizando-se como beneficiários passivos dos programas assistenciais de distribuição de renda. Isso, é claro, se não houver investimentos concomitantes em capital humano e em capital social (para distribuir, além da renda, o conhecimento e o poder, respectivamente).

Crescimento econômico é uma coisa. Desenvolvimento econômico é outra coisa. Podemos, por exemplo, ter um incremento do PIB (indicando crescimento econômico) e, no entanto, não termos mais proprietários produtivos, mais diversidade econômica e, assim, mais prosperidade econômica da sociedade como um todo (indicando desenvolvimento econômico).

Além disso, desenvolvimento não pode ser só desenvolvimento econômico. Pois existem outras dimensões do desenvolvimento: social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. O desenvolvimento é um fenômeno complexo, uma classe de mudança social global que envolve todas essas dimensões. O diabo é que deixamos, durante muito tempo, nossa consciência ser colonizada

pela idéia de que uma dessas dimensões teria o condão de puxar todas as outras. Que o fator econômico seria capaz de determinar o comportamento dos outros fatores humanos, sociais e ambientais. E, pior ainda, não pensávamos nem mesmo no desenvolvimento econômico e sim, pura e simplesmente, no chamado crescimento do PIB.

Resultado: arranjamos um problema de difícil solução. Em um país como o Brasil o PIB pode crescer e a desigualdade (de renda) continuar na mesma (para ver isso basta observar o comportamento do Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, nos últimos trinta anos), quanto mais as outras desigualdades (de acesso aos serviços e benefícios públicos e ao crédito, de conhecimento e de poder).

O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS RESOLVE TUDO

O sexto mito é o de que promover o desenvolvimento de uma localidade não adianta nada se o país como um todo não crescer. É evidente que essa visão não pode estar correta. O país pode crescer e, não obstante, muitas localidades não se desenvolverem. Isso, aliás, já aconteceu várias vezes.

Mas precisamos compreender que esse é o ponto de vista (abstrato) do Estado-nação, não o ponto de vista (concreto) do desenvolvimento comunitário.

É, além disso, o ponto de vista de quem está preocupado com o aumento do PIB nacional e que confunde tal crescimento econômico com desenvolvimento.

Para quem está preocupado com o desenvolvimento de uma comunidade nem mesmo basta o crescimento econômico da localidade onde vive. Pode acontecer de o PIB local crescer e a localidade não se desenvolver. Por exemplo, pode acontecer de uma grande empresa se deslocar para uma localidade, empregar toda a mão-de-obra nativa disponível e, ainda assim, a localidade não se desenvolver.

Pode acontecer de a população economicamente ativa do lugar ser empregada em trabalhos pouco qualificados e receber baixos salários, pagos pela grande empresa, que acaba ficando com o monopólio da oferta de emprego e, portanto, com o poder de estabelecer ou regular, ao seu bel prazer, o preço da força de trabalho, dentro de certos limites, pelo menos (adotando, por exemplo, o salário mínimo como piso). E mesmo se as funções forem qualificadas e os salários razoáveis, mesmo neste caso, isso não significará, automaticamente, desenvolvimento comunitário.

Porque até o desenvolvimento estritamente considerado em termos econômicos exige, entre outras coisas, diversidade de empreendimentos, circulação de mercadorias (inclusive de moeda) e inovação. Isso para não falar das outras dimensões do desenvolvimento, dentre as quais as principais são: o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social e o desenvolvimento sustentável em termos ecológicos. Pode inclusive haver crescimento econômico (medido pelo aumento do PIB) e, no entanto, o desenvolvimento da localidade ser retardado em uma ou mais de uma dessas dimensões. Sobre isso, temos milhares de exemplos no mundo.

Mas o aspecto mais nocivo desse mito é passar a idéia de que não adianta fazer nada em escala local. Que tudo se decide apenas na escala nacional. Que localidades pequenas e periféricas, pelas quais não passam os grandes fluxos de recursos financeiros e de mercadorias do mundo globalizado, não têm autonomia para mudar a sua qualidade de vida e de convivência social, porque isso dependeria somente ou principalmente de alterações nas grandes variáveis macroeconômicas. Os que propagam tais idéias deveriam refletir um pouco sobre a autonomia dos Estados nacionais diante do processo de globalização. Se refletissem sobre isso veriam que um país inteiro periférico, como o Brasil, diante dos grandes centros financeiros e industriais mundiais, é mais ou menos como uma pequena localidade. Ou seja, também não tem lá essa autonomia toda.

Na realidade, o Brasil produz menos do que 1% do PIB mundial (cerca de US\$ 493 bilhões em 2003, ao câmbio médio de US\$ 1,00 = R\$ 3,07). Apesar de toda a obsessão e da gritaria em torno do crescimento, caímos da 8ª para a 15ª posição no *ranking* do PIB mundial. No que tange ao PIB *per capita* (a renda média), nossa posição é a 78ª (atrás de países como a Argentina, a Jamaica, o Líbano, o Panamá, a República Dominicana e Barbados, para citar alguns exemplos). Nossa renda *per capita* (de US\$ 2.789 em 2003) é mais de 13 vezes menor do que a dos Estados Unidos (de US\$ 37.312).

Por outro lado, existem localidades no mundo atual, subnacionais ou plurinacionais, que contam muito mais na economia mundial do que os próprios países onde estão situadas.

O que está por trás desse mito é uma ideologia estadocêntrica. Todas as razões que justificam essa ideologia são extra-econômicas. Em geral são razões políticas e jurídicas, normativas, ligadas a uma atrasada idéia de soberania.

SÓ O QUE CONTA É A GRANDE ESCALA

O sétimo mito é o de que o local é muito pequeno, não tem escala e, assim, o desenvolvimento tem que ser regional.

Esse é um mito muito antigo. O êxtase da grandeza, o fascínio pela quantidade, a obsessão pelos grandes números – tudo isso incide, recorrentemente, desde que se construíram as primeiras cidades-templos-palácios (ou seja, desde que surgiu o Estado) há seis mil anos. A idéia de que só conta o que é grande evoca a saga de Gilgamech, que, não conseguindo obter a imortalidade, de volta à Uruk, sua localidade de origem, na antiga Suméria, dedica-se a construir obras colossais, monumentos à perenidade que ele mesmo não logrou conquistar em suas expedições para superar a condição humana.

Os construtores daqueles prédios estatais enormes do período fascista – com portais gigantescos, sob os quais a gente ficava pequenininho – deram expressão a esse mito. Essa arquitetura estatista estava, obviamente, fora da escala humana.

Mas pouca gente percebe que assim como há uma escala humana, há uma escala social. E que a grande escala, muitas vezes, é anti-social. Dificulta ao invés de facilitar o encontro, o contágio, a troca, a convivência.

Do ponto de vista dessa escala social, é preciso, entretanto, rever as nossas idéias de ‘grande’ e ‘pequeno’.

Muita gente imagina que o local é necessariamente o pequeno em termos geográficos ou populacionais. Pensam que desenvolvimento local significa desenvolvimento municipal, de pequenos municípios. E aí concluem que isso não pode dar muito certo porque, em um pequeno município, o tamanho do mercado não é suficiente para sustentar o desenvolvimento econômico: o número de produtores e consumidores será necessariamente pequeno, os circuitos de comercialização serão muito restritos, a circulação de mercadorias (e de dinheiro inclusive) será limitada, gerando excedentes e poupança insuficientes para novos investimentos. Logo, segundo esse ponto de vista, não adianta ficar investindo nessa escala. É preciso aumentar a escala, passando do local para o regional.

Há, aqui, a idéia de que o desenvolvimento se resume a desenvolvimento econômico. Essa é a primeira confusão. Mas existem mais duas confusões. A segunda confusão é achar que o local é o pequeno em termos do tamanho do território ou do número de seus habitantes. O local, porém, é um mundo que foi tornado pequeno em virtude da alta tramatura do seu tecido social. Do ponto de vista do desenvolvimento humano e social sustentável, quanto mais redes sociais existirem menor o tamanho do mundo.

A terceira confusão é achar que local é sinônimo de municipal. O local pode ser uma região composta por vários municípios. Os limites do local são dados pelo âmbito de um processo de desenvolvimento. Por isso se diz que o local só se define no final. Porque depende do “tamanho” da comunidade de projeto que conseguiu se conformar.

Mesmo assim, mesmo que o local considerado em um determinado processo de desenvolvimento coincida com os limites de um pequeno município periférico, mesmo neste caso, o trabalho de indução do desenvolvimento local não pode ser substituído por projetos tradicionais de desenvolvimento regional. Porque, como já assistimos tantas e tantas vezes, quando a gente planeja o desenvolvimento regional, mesmo envolvendo as lideranças da região, isso significa que muitas lideranças locais não vão poder participar. Em uma região, por exemplo, composta por dez ou vinte municípios,

as reuniões ocorrerão sempre em um desses municípios, inviabilizando a participação de importantes lideranças dos outros municípios. Como é que a Dona Maria, líder importantíssima que mora em um distrito rural de um desses municípios, vai conseguir se deslocar para o município sede da reunião? Como é que uma dezena de Donas Marias vão fazer isso regularmente?

Quem imagina o desenvolvimento regional como alguma coisa contraposta ao desenvolvimento local (encarando o local como o pequeno município) na verdade está pensando apenas ou principalmente na dimensão econômica do desenvolvimento. Se a gente pensar assim, os problemas apontados aqui não existem. Porque as lideranças regionais que devem ser reunidas são, em geral, as lideranças políticas e empresariais das localidades que compõem a região. Nesse caso, tudo fica mais fácil. Todo esse pessoal – imagina-se – deve ter recursos suficientes para se deslocar freqüentemente dentro da região.

O que essas pessoas estão pensando, no fundo, é que os resultados desse trabalho de incentivo ao crescimento econômico da região vai reverter em benefício do desenvolvimento humano e social de todas as localidades que compõem a região. E aí a Dona Maria vai receber os benefícios, vai aumentar sua renda familiar, vai poder dar uma melhor atenção à saúde e à educação de seus filhos etc.

Mas sabemos que na vida real as coisas não se passam assim. Os resultados do crescimento econômico não se traduzem automaticamente como melhorias das condições de vida das populações que vivem em pequenas localidades da região e, muito menos, em melhorias das suas condições de convivência social. E, além disso, as lideranças políticas e empresariais que se reúnem em prol do desenvolvimento econômico da região, se não estiverem caminhando, desde o início, junto com as lideranças sociais das localidades onde vivem, pensarão e executarão processos que tendem a beneficiar principalmente as suas aspirações de poder e os seus próprios negócios.

Isso nos leva diretamente ao próximo mito.

A VANGUARDA PUXA A RETAGUARDA

O oitavo mito é o de que a vanguarda puxa a retaguarda. Segundo esse mito, se a gente conseguir dinamizar certos setores-chave da economia (a vanguarda), todos os demais setores econômicos acabarão sendo dinamizados e, então, teremos, como consequência desse processo, a melhoria das condições sociais.

Assim, caberia trabalhar e investir, inicialmente ou preferencialmente, apenas naqueles setores capazes de puxar todo o restante. Por exemplo, se a gente quiser promover o desenvolvimento de um pequeno município, será perda de tempo ficar fazendo reuniões com os líderes comunitários. Deveríamos partir logo para agregar aqueles empreendedores que têm potencial para iniciar e fazer prosperar novos negócios. Se essa minoria progredir, então ela terá o condão de promover o desenvolvimento do município.

O que ocorre na prática, entretanto, não é isso. O que ocorre na prática é que, digamos, 20 empreendedores em uma localidade de 20 mil habitantes, se conseguirem

progredir dessa maneira, pensando apenas no seu sucesso, vão querer progredir mais ainda. Os bem-sucedidos vão, não raro, se mudar para a capital do estado ou para uma cidade maior. E, muitas vezes, não vão nem mesmo depositar suas economias na agência bancária local.

De nada adianta ficar reclamando dessa dinâmica empresarial. Ela obedece à lógica do mercado, uma lógica competitiva e baseada na busca racional, empreendida por cada um, para otimizar os seus resultados. E de pouco adianta ficar fazendo apelos à consciência social dos empresários. O máximo que se consegue com isso é fazer com que alguns empresários destinem uma pequena parte dos seus lucros para algum projeto demonstrativo de assistência social, em geral motivado por razões de *marketing*.

No nosso exemplo, 20 pessoas bem-sucedidas economicamente não “puxam” as outras 19.980 pessoas que compõem a população da localidade, por razões intraeconômicas ou em virtude do exercício da sua responsabilidade social corporativa, por meio de programas empresariais de assistência social. Mas mesmo que conseguísse-

mos envolver uma parcela muito maior da população em atividades empresariais – por exemplo, 200 pessoas, dez vezes mais – mesmo assim isso não seria suficiente para promover o desenvolvimento da localidade. Porque não há como o mercado, sozinho, promover o desenvolvimento de localidades.

Assim, estratégias de indução ao desenvolvimento devem se preocupar com as conexões entre o econômico e o social. Qualquer atividade econômica sustentável – que represente desenvolvimento econômico de fato e não apenas crescimento – expressa sempre conexões sócio-produtivas. É como se o mercado fosse uma manifestação de uma determinada dinâmica social que se expressa no terreno econômico como atividade empresarial de produção, comércio, crédito ou prestação de serviços.

Esse assunto vem sendo muito debatido recentemente, em virtude da proposta de formação de Arranjos Produtivos Locais (conhecidos no Brasil pela sigla APL). Os Arranjos Produtivos Locais são sistemas sócio-produtivos. Constituem parte de uma estratégia excelente de indução ao desenvolvimento local.

Mas tudo indica que, para a formação de verdadeiros sistemas sócio-produtivos, em qualquer circunstância deve haver investimento em capital social e esse trabalho não pode envolver apenas os empreendedores empresariais e nem pode começar somente a partir do ajuntamento de interesses privados individuais.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL É COISA PARA POBRE

O nono mito é o de que desenvolvimento social é para os pobres e o de que somente quando os pobres melhorarem a sua renda vão poder se dedicar, para valer, ao que conta de fato: o desenvolvimento econômico.

Esse mito revela, obviamente, um preconceito com os chamados “pobres”. E revela também um conceito equivocado das relações entre o econômico e o social. Em geral, os que pensam assim confundem investimento social (ou seja, investimento em capital social) com assistência social e confundem estratégia de promoção do desenvolvimento social com programas de proteção social.

É como se as estratégias de investimento em capital social fossem uma espécie de “jardim de infância” ou de “programa de alfabetização para o desenvolvimento” (aplicáveis aos que ainda não reúnem as condições necessárias para se auto-emancipar, ou seja, aos mais pobrezinhos). Somente os que já superaram essa fase (e que já podem ter autonomia para andar com as próprias pernas no mundo econômico) é que poderiam participar de programas de desenvolvimento.

Todavia, não haverá desenvolvimento sem ressonância, correspondência, congruência, articulação entre atividades sociais e atividades econômicas. Se a economia local não estiver imbricada na vida social local pode até haver crescimento econômico, puxado por um setor mais dinâmico, mas não haverá desenvolvimento, nem mesmo desenvolvimento econômico.

A SOCIEDADE NÃO EXISTE

O décimo mito é o de que o desenvolvimento pode ser induzido apenas pelo Estado e produzido apenas pelo mercado. É como se a sociedade civil não existisse e toda a realidade social pudesse ser compreendida pela interação entre duas esferas apenas: o Estado e o mercado.

Esse mito está presente, como foi mencionado acima, nos fundamentos da economia ortodoxa.

Não é possível, entretanto, explicar o funcionamento das sociedades contemporâneas se não considerarmos três – e não apenas dois – tipos de agenciamento: o Estado, o mercado e a sociedade civil (ou a comunidade). Pessoas fazem ou deixam de fazer coisas por razões de sociedade e não apenas em obediência às normas do Estado ou sob o influxo da lógica do mercado. Pessoas cooperam livremente pelo simples prazer que advém da emoção de cooperar e não visando sempre à obtenção de alguma vantagem ou à satisfação de algum interesse egoísta. Pessoas se comprazem na convivência com as outras pessoas em comunidade e isso, por mais que tentem, os economistas ortodoxos não conseguem explicar.

Ora, a sociedade civil tem um papel estratégico em relação ao desenvolvimento, um papel insubstituível em virtude da sua capacidade de produzir e reproduzir em escala ampliada a cooperação, ou seja, o capital social.

OS FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Quando falam em desenvolvimento, as pessoas imaginam logo que se trata de um processo para aumentar a prosperidade econômica de uma sociedade – em geral de um país – que, então, ao se desenvolver, ficaria menos pobre ou mais rica. Assim, concluem que o desenvolvimento tem a ver com o conjunto da atividade econômica, que passaria a gerar mais riqueza.

Tudo bem. Mas em seguida concluem que, para promover o desenvolvimento, deve-se investir em fatores como: infra-estrutura pública de apoio para empreendimentos produtivos; crédito e linhas especiais de financiamento; incentivos fiscais; qualificação da mão-de-obra; desburocratização e capacidade gerencial; ambiente legal e sistemas de governança, de proposição e aprovação de leis e de distribuição de justiça que facilitem a atividade empresarial, dêem segurança aos investidores e diminuam os custos de transação; estabilidade monetária e responsabilidade fiscal; estoque suficiente de

reservas internacionais e política econômica estimuladora de crescimento (sobretudo no que tange ao câmbio e aos juros); sistemas de comercialização e acordos de comércio que protejam os mercados e os produtos internos e possibilitem a colocação desses produtos, com vantagens competitivas, em mercados estrangeiros, normas alfandegárias e sanitárias que facilitem a importação e a exportação etc., – e tudo isso a ser pago, de preferência, com grande parcela de recursos públicos. O Estado entra como um investidor e um facilitador para que o capital privado possa ter condições de gerar riqueza, quer dizer, de realizar a propriedade produtiva.

Tudo bem – vá lá! – a não ser por um motivo. Não se pensa que promover o desenvolvimento é aumentar a capacidade das pessoas para que elas possam superar problemas e aproveitar oportunidades, exercitando seu empreendedorismo. Da mesma forma, raramente se pensa ser necessário construir ambientes sociais favoráveis ao florescimento dos negócios, ou seja, articular e animar redes que encorajem as pessoas, individual e coletivamente, a exercitar sua criatividade, gerando novas soluções.

Ora, se as pessoas não desenvolverem suas habilidades e competências e se as sociedades não empoderarem seus membros para que eles tenham confiança em si mesmos e nos seus semelhantes, coragem para empreender e segurança para inovar, como é que pode haver desenvolvimento? Se as pessoas e as sociedades não se desenvolverem, que desenvolvimento é esse?

Além disso, em geral, tudo é pensado para o âmbito do Estado-nação, unidade que teria a capacidade de adotar medidas efetivas de promoção do desenvolvimento (muito embora no globalizado mundo atual a sua autonomia macroeconômica tenha se reduzido bastante). Não se pensa, assim, no desenvolvimento das localidades onde, de fato, vivem as pessoas, em primeiro lugar porque, como já foi comentado na seção anterior, o local é visto como o pequeno em termos territoriais e populacionais, o periférico em termos geo-econômicos e o irrelevante em termos econômicos quantitativos (ou seja, em termos da fração do PIB que poderia ser gerada ali).

Ora, se imaginarmos que o desenvolvimento depende de vários outros fatores além da renda (capital físico ou financeiro) e da riqueza (capital empresarial ou produtivo, vamos dizer assim) – ou seja, de fatores extra-econômicos (como o capital humano, o capital social e o capital natural) –, então tal receita para o desenvolvimento, aplicada

isoladamente, não pode dar certo. Pode até estimular o crescimento. Mas não conseguirá fazer tal crescimento se manter a altas taxas por um tempo suficiente para transbordar para a sociedade, aumentando as capacidades, habilidades e competências das pessoas e fortalecendo os ambientes favoráveis ao desenvolvimento.

A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE PROJETO

O dinamismo que gera aquela prosperidade econômica, sistêmica, que pode ser interpretada como desenvolvimento econômico (e não apenas crescimento do PIB), é um fenômeno social e não apenas econômico. Um mercado ativo e competitivo depende de uma sociedade capaz de suportá-lo, capaz de fornecer, a baixo custo, o capital social necessário para que as atividades econômicas possam florescer, se manter e se expandir, dinamizando a vida do conjunto da sociedade e não apenas de uma parcela de empreendedores empresariais.

É por isso que se diz que mercados competitivos vicejam melhor em sociedades cooperativas. E que a competitividade sistêmica depende da cooperatividade sistêmica. A palavra sistêmica se refere aqui ao sistema social e não a qualquer outro subsistema, como aquele constituído pelo conjunto dos agentes econômicos, dos entes e processos empresariais; ou seja, o que se chama de mercado.

O sistema em questão é composto pelas redes sociais que existem em cada sociedade. São essas redes que produzem o capital social, na ausência do qual não pode ocorrer o processo de mudança (social) que chamamos de desenvolvimento. Ou melhor, essas redes são o capital social indispensável à formação dos ambientes favoráveis ao desenvolvimento.

Para que tais redes existam é necessário que se formem comunidades de projeto. Pessoas e organizações que compartilhem um objetivo comum – seja qual for, desde que de caráter público.

Assim, o objetivo do desenvolvimento local é a formação de comunidades de projeto. Não se trata de voltar ao passado, imaginando ser possível, nos dias de hoje, res-

tabelecer aquelas comunidades tradicionais, também ditas “de herança”. Trata-se de constituir novas comunidades a partir do sonho coletivo, do exercício conjunto, feito por uma determinada coletividade, de projetar um futuro comum desejável e de reinterpretar o seu passado.

Essas novas comunidades de projeto estão sendo originadas em toda parte por novos movimentos sociais de resistência e de geração de identidade dedicados às novas temáticas do ambientalismo, dos direitos humanos e da cidadania, do feminismo, do ecumenismo e do pacifismo, do fortalecimento da sociedade civil e da promoção do voluntariado. Mas elas estão surgindo, sobretudo, a partir do experimentalismo inovador que tem se desenvolvido nos últimos anos, em torno de processos de democracia participativa em redes sociais e de indução ao desenvolvimento integrado e sustentável, sistemas sócio-produtivos e de sócio-economia alternativa ou solidária, ensaiados em escala local.

É por isso que se pode dizer que há um movimento de volta ao local e de reflorescimento comunitário acompanhando, ainda invisivelmente, o processo de globalização atualmente em curso. Tenho chamado esse movimento de localização (no sentido “forte” do conceito).

De uma certa maneira, podemos afirmar que as redes que constituem o chamado capital social são sempre o resultado de localização. O capital social é, em certo sentido, local. Refere-se sempre a um âmbito delimitado onde vivem ou convivem pessoas que resolveram apostar coletivamente em um futuro comum.

Voltaremos a esse ponto mais adiante.

MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL

Já ficou cansativo ouvir discursos repetindo sempre a mesma coisa: o objetivo do desenvolvimento é melhorar as condições (ou a qualidade) de vida das pessoas. Muito bem. Esse é, por certo, um objetivo do desenvolvimento, mas não pode ser o único objetivo se encararmos, como assinala Maturana, que o ser humano é prisioneiro de uma inescapável dualidade. Os seres humanos somos indivíduos (e vivemos o nosso ser cotidiano como um contínuo devir de experiências individuais intransferíveis) e, ao mesmo tempo, seres sociais (vivemos o nosso ser cotidiano em contínua imbricação com o ser de outros seres humanos).

Melhorar as condições de vida é importante, mas aponta apenas para um desses dois lados do ser humano. Melhorar as condições de vida é aumentar o capital humano. O capital humano é importante, muito importante. Mas não é tudo.

As sociedades humanas não são simples ajuntamentos de indivíduos. Os fenômenos que ocorrem em sociedade – e que caracterizam aquilo que podemos chamar de um sistema social – não podem ser obtidos a partir da soma do que acontece com seus membros. Existe uma função social, que depende das redes que se conformam a partir das relações entre tais membros (os indivíduos). A carteira de identidade de uma sociedade é o mapa dessas redes sociais. Essas redes são o capital social, que é uma coisa bem diferente do capital humano.

As pessoas, em geral, têm dificuldade de entender tal diferença. Como as sociedades são compostas por indivíduos, tendem a tomar capital humano e capital social como expressões equivalentes. Mas não são. E perceber tal diferença é fundamental para compreender uma nova concepção de desenvolvimento e uma nova estratégia de indução do desenvolvimento baseada no investimento em capital social.

Nas aulas e palestras que ministro tenho tentado mostrar a diferença entre capital humano e capital social por meio da seguinte experiência de pensamento. Vamos supor uma família com altíssimo capital humano, por exemplo, a família do Sultão de Brunei. Todas as pessoas dessa família, não há dúvida, apresentam um alto capital humano, talvez um dos maiores, senão o maior, do planeta. Elas têm seu médico pessoal, que deve acompanhá-las quando se deslocam. Têm excelente perfil nutricional. Puderam estudar nas melhores escolas e se especializar nos centros de excelência mundiais. De renda familiar, então, nem se fale.

Pois bem. Vamos imaginar então duas mil famílias do Sultão de Brunei. E vamos assentar essas duas mil famílias em um mesmo território, criando uma nova sociedade.

Pergunta: o nível do capital social (ou do desenvolvimento social) dessa nova localidade será tão alto quanto o nível do capital humano (ou do desenvolvimento humano) das famílias que a compõem? Sim ou não?

Se respondermos sim, então não precisamos para nada do conceito de capital social. Mas se, de repente, como que “cair alguma ficha” dentro da nossa cabeça e ficarmos desconfiados de que a nova “comunidade” imaginária assim conformada não poderia dar em boa coisa, então é sinal de que estamos nos aproximando da compreensão da diferença entre capital humano e capital social.

Se respondermos sim, podemos sair de mãos dadas com os economistas ortodoxos. Estaremos dizendo que o comportamento coletivo pode ser derivado do comportamento dos indivíduos. Ou seja, estaremos achando que a hipótese do capital social não é necessária para explicar o comportamento social.

Se respondermos não e quisermos justificar nossa resposta, então a hipótese do capital social será uma hipótese necessária. Em outras palavras, o desenvolvimento social depende de alguma coisa que acontece entre os indivíduos, os grupos e as organizações que existem em uma sociedade. Depende dos padrões de convivência social.

Se os indivíduos com altíssimo capital humano viverem guerreando entre si, certamente o nível do desenvolvimento social não poderá ser altíssimo, nem mesmo alto;

provavelmente será baixo, baixíssimo. Se a nossa sociedade imaginária for uma sociedade predominantemente competitiva, então ela terá muita dificuldade de ascender a patamares aceitáveis de governança e de prosperidade econômica. E não poderá, nem mesmo, oferecer a base capaz de sustentar um mercado competitivo.

Existem sociedades reais que embora tenham alto nível de desenvolvimento humano (e de capital humano), apresentam baixos níveis de desenvolvimento social (e de capital social). Os países do Leste, por exemplo. Ou Cuba, para citar um outro exemplo.

Ora, se o capital social for baixo, mesmo que o capital humano seja alto, será difícil promover o desenvolvimento. Não se conhece nenhum exemplo no mundo de uma sociedade com baixo capital social que se notabilizou por apresentar um alto nível de desenvolvimento, em termos globais ou integrais, nem mesmo de desenvolvimento econômico.

São as relações cooperativas entre os indivíduos – que geram padrões replicáveis de convivencialidade – que produzem capital social.

Por outro lado, são esses padrões de convivencialidade que nos fazem gostar ou não gostar de viver em uma localidade. Ninguém pode se sentir bem em uma localidade

onde não possa se comprazer na convivência com seus semelhantes. Nenhum lugar pode ser considerado desenvolvido se temos medo de passear na rua com nossos filhos depois do jantar. Ainda que nossa família seja culta, esteja saudável, bem alimentada e possua um excelente nível de renda, imagine como seria viver dentro de um *bunker* ou, o que é mais simples e mais comum, em um lugar horrível, onde as outras pessoas não se falam, não se gostam, não se ajudam e não confiam umas nas outras.

Assim, o propósito final da promoção do desenvolvimento não pode ser, apenas, como tanto se repete, melhorar a qualidade de vida das pessoas e sim melhorar a sua qualidade de vida e de convivência social. Entende-se que comunidades de projeto são mundos verdadeiramente humanos, onde pode ocorrer não apenas o crescimento do chamado capital humano (com a melhoria dos níveis de educação, saúde, renda etc.), mas, também, o crescimento do capital social (com a melhoria dos níveis de cooperação). É por isso que dissemos, no capítulo anterior, que o objetivo do desenvolvimento local é a formação de comunidades de projeto.

CRIANDO NOVOS LOCAIS

Quando se fala em promover o desenvolvimento local muitas pessoas pensam que se trata do seguinte: abrir um mapa, escolher uma área geográfica e começar a traçar planos para atuar ali, naquela região previamente delimitada.

Quando fazemos isso, escolhemos um local em termos geográficos, mas não um local em termos do desenvolvimento social. E, como se sabe, todo desenvolvimento é social, porquanto desenvolvimento é um conceito que se aplica a sociedades humanas e não a porções do território físico e nem a outros âmbitos quaisquer.

Ninguém pode adivinhar, de antemão, qual será o tamanho e a configuração de um processo de desenvolvimento local. Temos, é claro, que partir sempre de uma localidade qualquer, compreendendo, porém, que o local não é apenas um ponto de partida, mas, sobretudo, um ponto de chegada.

Promover o desenvolvimento local é provocar o processo de localização (no sentido “forte” desse conceito). Isso significa que o que chamamos de local não é o resultado de uma demarcação geográfica arbitrária, feita sobre um mapa, mas, ao contrário,

a sócio-territorialidade conformada pela abrangência que assumiu um determinado processo de desenvolvimento; em outras palavras: o local só se define completamente no final. Não se trata, portanto, de encontrar ou delimitar um local já existente para ali então atuar. Trata-se de criar um (novo) local.

O processo de desenvolvimento local cria novos locais em termos sociais. Em termos sociais, esse processo conforma territorialidades entretecidas por configurações particulares de redes sociais. O território assim conformado é sempre um sócio-território.

Muitas vezes começamos trabalhando a partir de um município e, depois, descobrimos que as fronteiras do município não coincidem com as exigências e as potencialidades do processo de desenvolvimento que se instala. Às vezes nos deparamos com a evidência de que uma comunidade de projeto se formou em um bairro, ou em um distrito, mas não conseguiu se formar nos outros lugares. Às vezes, ao contrário, nos surpreendemos ao constatar que as potencialidades e as vocações descobertas se referem a toda uma microbacia, que atravessa vários municípios. No primeiro caso, o local criado pelo processo de desenvolvimento não é o município e sim o bairro (ou o distrito). No segundo caso, o novo local conformado também não é o município e sim um conjunto de municípios e pedaços de municípios.

No desenvolvimento local podemos saber onde começa, mas não podemos saber onde termina o processo. Tudo depende do mapa da rede que vai se tecendo.

VISÃO DE FUTURO E VISÃO DE PASSADO

É comum nos processos de indução do desenvolvimento local o trabalho começar logo pelo diagnóstico das potencialidades, em geral pelas potencialidades econômicas da região enfocada. No entanto, a experiência mostrou que esse não é um bom caminho.

A experiência mostrou que exercícios de visão de futuro e de visão de passado devem preceder à elaboração do diagnóstico participativo local. Em primeiro lugar porque a identificação dos ativos ou o levantamento das potencialidades existentes, bem como das necessidades e dos problemas e obstáculos ao desenvolvimento, depende da posição, da perspectiva e do conceito de si do observador, sobretudo quando esse observador é coletivo.

Uma coletividade que não vislumbrou um futuro novo tenderá a ver, no seu diagnóstico da realidade, aquilo que é indicado pelas opções tradicionais; por exemplo, em um pequeno município do interior tenderá a ver, apenas ou principalmente, as potencialidades latentes ligadas à agricultura ou à pecuária, ignorando outros “tesouros” escondidos em virtude da falta de uma visão de futuro que “puxe” o presente ou impeça que esse presente repita o passado. E tenderá a ver como necessidades que parecem sempre exigir o aporte de recursos exógenos carecimentos que poderiam ser satisfeitos pela dinamização de ativos humanos e sociais que já possui, mas que não consegue identificar por falta de consciência de suas próprias potencialidades (o conceito de si), de sorte que é levada a repetir as formas tradicionais pelas quais tais carecimentos costumavam ser satisfeitos “de cima” ou “de fora” (e esse é um passado que tende a se propagar por inércia em todas as sociedades do mundo).

Em segundo lugar porque nenhuma comunidade se forma sem compartilhar um futuro comum e sem recontar (ou reinterpretar) o seu passado. A leitura que uma coletividade qualquer faz do seu passado é determinante para indicar se essa coletividade atingiu ou não o status de comunidade de projeto. Em outras palavras, o passado deve

ser (re)visto de uma determinada forma para produzir o futuro almejado (um futuro alternativo à repetição do passado no presente). Nele devem ser plantadas as sementes da alternativa que queremos ver florescer no futuro (ou, se quisermos usar uma imagem poética, nele deve ser implantada a “lenda” que se tornará realidade).

A idéia básica é a de que ninguém pode chegar a um (novo) presente (isto é, a um presente que não seja repetição de passado) sem, antes, passar pelo futuro. Se quisermos alterar alguma coisa no presente, temos que fazer uma viagem de ida e volta ao futuro. No entanto, não basta imaginar e desejar um futuro melhor para antecipá-lo por meio de ações concretas. É necessário também modificar o passado. Isso não significa inventar uma mentira sobre o passado. Mas significa que, se a visão do passado não for mudada, o velho passado, que está na cabeça das pessoas, vai ficar lá o tempo todo influenciando o seu comportamento. Porque o velho passado – que se chama tradição – é algo muito, muito mais poderoso do que imaginamos.

Por isso se diz que – para desenhar o mapa do caminho para o futuro desejado – é necessário, ao contrário do que se acredita, planejar o passado e contar a história do futuro. Em geral as pessoas fazem o inverso: querem contar a história do passado e planejar o futuro. Mas, ao contar a história do passado, qual a história que se con-

ta? Aquela história que, ao divulgar uma determinada visão do passado, repete esse passado. Isso vai influenciar, decisivamente, o planejamento do futuro. Por mais que queiramos, se o velho passado se repetir, o futuro planejado não passará de uma continuidade com essa visão do passado.

Se, ao contrário, planejarmos o passado à luz de um novo futuro, imaginado sem comprometimento com a visão tradicional do passado, poderemos começar a contar uma história diferente do futuro. A história que você conta é a vida que você constrói. Se você começa a contar uma história diferente, alguma coisa diferente vai acontecer. Para fazer um mapa do caminho para um futuro diferente é preciso imaginar que esse futuro já existe e que se trata, tão somente, de antecipá-lo. Isso significa criar um novo futuro.

Os exercícios da visão de futuro e da visão de passado contribuem para a composição de dois mapas: o mapa dos ativos e o mapa das necessidades, que constituem, juntamente com o levantamento dos dados e o cálculo dos indicadores, aquilo que habitualmente se chama de diagnóstico. E esses dois mapas, por sua vez, são a base para a elaboração de um terceiro mapa, que é o mapa do caminho para o futuro desejado, ou seja, o que se chama de plano de desenvolvimento local. É desse plano de desen-

volvimento local que saem, por último, as duas agendas de prioridades: a agenda dos investimentos endógenos (para implementação pela própria comunidade local, com seus próprios recursos, por meio da dinamização das suas potencialidades ou do aproveitamento dos seus ativos) e a agenda de investimentos exógenos (que deverão ser atraídos por meio da negociação com instâncias externas).

Se uma comunidade não consegue executar, com seus próprios recursos, uma agenda de prioridades locais, exercendo seu protagonismo, não há nenhuma possibilidade de ocorrer o fenômeno de mudança social que interpretamos como desenvolvimento local, mesmo que tal localidade seja premiada com montanhas de recursos trazidos por alguém, de fora para dentro. Para usar uma fórmula sucinta: sem protagonismo local não há desenvolvimento local.

NÃO SE TRATA APENAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Quando dizemos que desenvolvimento local não é apenas desenvolvimento econômico local e, além disso, que desenvolvimento local não é resultado automático de

crescimento econômico local, isso não significa que estamos abandonando a perspectiva econômica e sim, pelo contrário, que estamos compreendendo que a dimensão econômica de um processo de desenvolvimento comunitário é sempre uma dimensão sócio-econômica.

A “fórmula” encontrada por uma localidade para geração de renda e de riqueza depende da configuração social ali existente, do “poder social” que essa localidade desenvolveu, coletivamente, de aproveitar suas oportunidades (que são sempre únicas) e de satisfazer suas necessidades; em outras palavras, depende da sua capacidade de cooperar para criar ambientes favoráveis ao florescimento e à expansão de iniciativas coletivas no terreno econômico, ou seja, é função do estoque ou do fluxo de capital social.

No desenvolvimento local a dimensão sócio-econômica é enfatizada, priorizando-se a construção social de mercados não concentradores (ou menos concentradores) de riqueza e de renda por meio de sistemas sócio-produtivos baseados em micro e pequenos empreendimentos e de redes de sócio-economia alternativa ou solidária. Nenhu-

ma dessas alternativas sócio-econômicas pode vingar se não houver um ambiente de cooperatividade sistêmica, razão pela qual a sua realização se insere coerentemente em um processo de desenvolvimento local que contribua para o incremento do capital social.

Nesse processo, enfatiza-se o papel das micro e pequenas empresas, o papel da cooperação na criação de ambientes favoráveis à articulação de sistemas sócio-produtivos e às alternativas de sócio-economia solidária.

Além disso, o desenvolvimento local assume, explicitamente, a sua natureza de estratégia política (e não apenas econômica). Política, entenda-se bem, não no sentido da *politics* (partidário-eleitoral) e nem apenas no sentido da *policy* (estatal), porém no sentido sócio-político do empoderamento molecular das populações, que se dá por intermédio das redes sociais e dos processos de democracia participativa ensaiados em novas institucionalidades locais compostas por parcerias entre Estado, mercado e sociedade civil.

Três elementos da cultura política tradicional – que exterminam capital social – são enfrentados agora de modo mais decisivo nas novas metodologias de indução do

desenvolvimento local. E isso não no plano do discurso, mas por intermédio de estímulos concretos à articulação das redes e ao exercício de processos de democracia participativa. Estes elementos são: a) o centralismo e a centralização (conseqüências de padrões piramidais de organização que verticalizam as relações, desestimulam as conexões horizontais entre pessoas, grupos e organizações, isolando-os e deixando-os à mercê de favores de algum indivíduo, grupo ou partido poderoso, inviabilizando a sua participação e anulando o seu direito democrático de decidir sobre as coisas que afetam a sua existência); b) o assistencialismo (que torna as populações beneficiárias passivas e permanentes de programas de oferta de recursos que já vêm prontos); e c) o clientelismo (que substitui a cooperação que mobiliza e alavanca recursos da própria comunidade pela competição por recursos de fora, que serão conseguidos por algum patrono em troca do apoio para a sua – ou do seu grupo, ou do seu partido – manutenção no poder; e que, além disso, alimenta a desconfiança entre as pessoas, impedindo que a cooperação se amplie e se reproduza socialmente para sustentar, pela base, todo um sistema político iníquo, que privatiza o poder e trabalha para evitar a sua democratização ou a sua difusão na sociedade pela via do empoderamento molecular das populações).

Superando a centralização, o assistencialismo e o clientelismo, o desenvolvimento local enfatiza a capacitação dos agentes estatais para a gestão de programas inovadores, a construção de novas institucionalidades participativas, a interlocução política pública e, enfim, a democracia local.

REDE E DEMOCRACIA

A articulação de redes (intra-locais) de desenvolvimento comunitário e a formação de espaços orgânicos (não exclusivamente estatais, mas de parceria entre Estado e sociedade) para discussão e implementação de políticas públicas constituem, pois, cada vez com muito maior ênfase, passos fulcrais da implementação de processos de desenvolvimento local.

Como se pode ver ainda estamos, aqui, dando prioridade ao investimento em capital social, de vez que este é um conceito político (ou sócio-político) e não econômico (como a expressão, metafórica, ‘capital social’, poderia sugerir à primeira vista).

Ora, como sabemos, capital social é produzido sempre por redes (na verdade ele é rede) e essa produção e reprodução ampliada na sociedade só pode se dar na medida em que se efetivam processos democrático-participativos.

Por outro lado, as redes diminuem o tamanho do mundo, localizam, geram comunidade.

ATIVANDO A CONEXÃO LOCAL-GLOBAL

No processo de desenvolvimento local ganha ênfase especial a conexão local-global, ou seja, a participação das experiências locais em redes (interlocais) mais amplas, de âmbito microrregional, estadual, regional, nacional e, inclusive, mundial.

Isso parte da consideração de que todo desenvolvimento local (humano, social e sustentável) só se define completamente pelas suas relações com o global (que dependem das suas conexões “para fora”).

Quanto mais conectada “para fora” estiver uma comunidade, mais condições ela terá de exportar padrões de comportamento (programas) por meio dos quais será reconhecida como um local, único e diferenciado. O grau de desenvolvimento desses programas (que dá a medida da sua capacidade de induzir comportamentos em virtude do seu “poder social” – fornecido pelo seu estoque ou fluxo de capital social – de gerar e replicar seus próprios padrões) passa a ser interpretado agora como o grau de desenvolvimento local.

TOMANDO PARTIDO PELO LOCALISMO COSMOPOLITA

O desenvolvimento local adota um documento específico como referencial programático – a “Carta da Terra” –, assumindo, portanto, uma posição clara no quadro das variantes políticas diante da glocalização. Não se trata, aqui, obviamente, de aderir a uma posição político-partidária, mas se trata, sim, de tomar partido a favor do localismo cosmopolita. Isso significa que pensar em um só mundo não é – como escreveu Wolfgang Sachs – pensar em “um projeto para... [um] planejamento global, mas [em] uma idéia reguladora sempre presente para as atividades locais. Tal localismo cosmo-

polita procuraria aumentar a riqueza de um lugar respeitando os direitos de um mundo multifacetado. Honraria um determinado lugar como especial e ao mesmo tempo estaria consciente da importância relativa de todos os lugares” (1). Para esse localismo cosmopolita (que também pode ser chamado de glocalismo) a forma desejada de globalização não leva a uma (única) aldeia global, senão a miríades de aldeias (unidades localizadas) globais.

Com efeito, a “Carta da Terra” afirma que “somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas”. Do ponto de vista da sustentabilidade glocal, trata-se, talvez, do principal documento político que jamais foi elaborado pela humanidade (2).

Tomando a “Carta da Terra” como referencial programático, as novas metodologias de indução ao desenvolvimento local extraem conseqüências práticas daquilo que poderia significar apenas um alinhamento conceitual. Assim, esse alinhamento tem como conseqüência a introdução de mais um passo no processo participativo de implantação do desenvolvimento local: a elaboração coletiva da “Carta da Localidade X”.

A “Carta da Localidade X” é como se fosse uma “Carta da Terra” mesmo, só que aplicável no âmbito de uma localidade. Trata-se de uma declaração de princípios, de uma sistematização do sonho de futuro e de uma revisão do passado (e do patrimônio particular que uma comunidade encarna e carrega em sua história) orientando os passos que ela estima necessários para alcançar o futuro almejado.

Em outras palavras ela formaliza um pacto de cooperação local como um mapa do caminho para construir o lugar mais desenvolvido do mundo, ou seja, para transformar aquela “localidade X” no melhor lugar do mundo para se viver e conviver.

UM REFERENCIAL GLOCAL: “A CARTA DA TERRA”

No dia 14 de março de 2000, na UNESCO, em Paris, foi aprovada, depois de 8 anos de discussões em todos os continentes, envolvendo 46 países e mais de cem mil pessoas, desde escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, do Canadá e do Brasil, entidades da sociedade civil até grandes centros de pesquisas, universidades, empresas e religiões, a chamada “Carta da Terra”.

A “Carta da Terra” constitui, talvez, o mais importante documento que já foi produzido.

Ela estabelece, pela primeira vez, um propósito geral para a humanidade que deve ser alcançado por uma união de esforços dos seres humanos: gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e em uma cultura da paz.

Ela aponta para uma ecumene planetária: a Terra, casa de todos, que deve, portanto, ser cuidada por todos como um ser vivo.

Ela propõe uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, sem o que arriscaremos nos destruir e destruir a diversidade da vida.

Ela aposta no surgimento de uma sociedade civil global que está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

A “Carta da Terra” estabelece quatro princípios:

O primeiro princípio é respeitar e cuidar da comunidade da vida (respeitando a Terra em toda sua diversidade; cuidando da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construindo sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; e garantindo as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações).

O segundo princípio é integridade ecológica (que significa: proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida; prevenir o dano ao

ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução; adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário; e avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido).

O terceiro princípio é justiça social e econômica (que impõe como tarefas: erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental; garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável; afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável; assegurar o acesso universal à educação, à assistência de saúde e às oportunidades econômicas; e defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias).

O quarto princípio é democracia, não violência e paz (o que implica: fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões

e acesso à justiça; integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável; tratar todos os seres vivos com respeito e consideração; e promover uma cultura de tolerância, não violência e paz).

A “Carta da Terra” nos convida a desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local e global, reconhecendo que somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas.

Essa ligação da dimensão local com a global é a grande novidade da época em que vivemos. É ela que dá sentido à estratégia do desenvolvimento local em um mundo em processo de globalização. Ela é o que chamamos de localização.

A ÍNTEGRA DA CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

1| Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, em uma época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas.

2| Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.

3| Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e em uma cultura da paz.

4| Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

5| A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única.

6| As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos os seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo.

7| O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

8| Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas.

9| Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos eqüitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas.

10| Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

11| A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida.

12| São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais.

13| Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente.

14| O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

15| Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade Universal

16| Para realizar essas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre, bem como com nossa comunidade local.

17| Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas.

18| Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade, considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

19| Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente.

20| Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando a um modo de vida sustentável como critério comum, por meio dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

[I.] RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

21| [1.] Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

[a.] Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

[b.] Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

22| [2.] Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

[a.] Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

[b.] Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

23| [3.] Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

[a.] Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

[b.] Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

24| [4.] Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

[a.] Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

[b.] Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, a longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

[II.] INTEGRIDADE ECOLÓGICA

25| [5.] Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

[a.] Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

[b.] Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

[c.] Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados.

[d.] Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

[e.] Manejar o uso de recursos renováveis, como água, solo, produtos florestais e vida marinha, de formas que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

[f.] Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, de formas que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

26| [6.] Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

[a.] Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.

[b.] Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

[c.] Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.

[d.] Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas, ou outras substâncias perigosas.

[e.] Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

27| [7.] Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

[a.] Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

[b.] Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.

[c.] Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

[d.] Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.

[e.] Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.

[f.] Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material em um mundo finito.

28| [8.] Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

[a.] Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.

[b.] Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.

[c.] Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

[III.] JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

29| [9.] Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

[a.] Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

[b.] Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.

[c.] Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

30| [10.] Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

[a.] Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.

[b.] Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.

[c.] Garantir que todas as transações comerciais apóiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.

[d.] Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.

31 | [11.] Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, à assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

[a.] Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.

[b.] Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.

[c.] Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

32| [12.] Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

[a.] Eliminar a discriminação em todas as suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.

[b.] Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

[c.] Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.

[d.] Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

[IV.] DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

33| [13.] Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

[a.] Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.

[b.] Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

[c.] Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.

[d.] Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

[e.] Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

[f.] Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

34| [14.] Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

[a.] Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

[b.] Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para a sustentabilidade.

[c.] Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

[d.] Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

35| [15.] Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

[a.] Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

[b.] Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

[c.] Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

36| [16.] Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

[a.] Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.

[b.] Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

[c.] Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

[d.] Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.

[e.] Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.

[f.] Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

37| Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra.

38| Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta. Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal.

39| Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global.

40| Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão.

41| Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

42| A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo.

43| Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa.

44| A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

45| Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

46| Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência em face da vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

A CARTA DA TERRA E A CARTA DA NOSSA COMUNIDADE

Valendo para as dimensões global e local, a “Carta da Terra” deve valer também para a nossa comunidade. Se as dimensões global e local estão ligadas, então é preciso que cada localidade interprete a “Carta da Terra”, adequando-a às peculiaridades de sua própria comunidade.

Mais do que isso, porém: é preciso que cada comunidade escreva a sua própria “Carta da Terra”, que pode se chamar “Carta da Terra de Nova Esperança” ou “Carta da Terra de Feliz Cidade” ou “Carta da Terra do Bairro Cai e Levanta” ou “Carta da Terra da Microbacia de Alvorada do Sul”... E serão tantas cartas quantas forem as localidades que se constituírem como comunidades de projeto tendo como referência a “Carta da Terra”.

O que a “Carta da Terra” propõe, em suma, é isso: que os seres humanos, no nível global e local, se constituam em comunidades de projeto. O propósito que dá alma a esse projeto geral é, como vimos, gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e em

uma cultura da paz. Para cada localidade esse propósito geral deve ser particularizado. Deve apontar de que modo aquela localidade “X” vai contribuir para a sustentabilidade, para o respeito pela natureza, para os direitos humanos, para a justiça econômica e para uma cultura de paz.

O projeto global é holográfico, quer dizer, se espelha em cada projeto local. Mais do que isso: ele se realiza em cada projeto local. Não se trata de construir uma aldeia global, senão milhares de aldeias globais.

A INOVAÇÃO SOCIAL

Andando com as próprias pernas deveria ser o nome deste capítulo. Andar com as próprias pernas é uma expressão que resume, pelo menos em parte, o que queremos dizer com a palavra ‘sustentabilidade’. Por isso dizemos que o agente de desenvolvimento encarregado de aplicar a metodologia do DLIS, seja interno ou externo à localidade, deve ter como horizonte ideal a seguinte situação: a comunidade seguindo com suas próprias pernas o mapa do caminho e inventando novos passos rumo ao futuro desejado.

Se o agente for externo à localidade, ele deve abandonar a comunidade em algum momento. Aplicar uma metodologia participativa é uma coisa muito diferente de ficar conduzindo os outros pela mão o tempo todo. O DLIS é um “remédio” que só começa mesmo a fazer efeito quando se deixa de tomá-lo.

Se o agente for interno à localidade, é mais ou menos a mesma coisa. Ele não pode ficar o tempo todo querendo conduzir sozinho a comunidade. Outros agentes, outras lideranças, outras iniciativas devem aparecer. Se não aparecerem depois de três, no máximo cinco anos, é sinal de que há alguma coisa errada.

Na verdade, as metodologias de indução ao desenvolvimento local aplicadas pelos agentes de desenvolvimento existem apenas como guias, como orientações. E, seja qual for a metodologia adotada, ela deve ser reinventada pelo agente de desenvolvimento em interação com a comunidade. Assim, a rigor, em cada lugar a metodologia será diferente.

Isso significa que um agente de desenvolvimento não é um papagaio, que fica repetindo o que leu ou o que aprendeu em algum curso de capacitação. Uma pessoa só poderá ser um agente de desenvolvimento se souber inventar, se souber dar respostas novas para as situações, quase sempre inéditas, que terá que enfrentar em um trabalho concreto.

Mesmo assim, o agente deve ser, antes de qualquer coisa, um multiplicador de novos agentes.

Neste último capítulo vamos apresentar algumas sugestões para esses novos agentes, surgidos no trabalho concreto da comunidade. São coisas factíveis, que podem ser realizadas por uma comunidade. Todas elas, entretando, deverão ser reinventadas. Tal trabalho de reinvenção deve ser feito com a participação do maior número possível de pessoas da comunidade.

É preciso considerar que desenvolvimento é sempre inovação. No caso do desenvolvimento local, a “fórmula” seria a seguinte: ‘comunidade + rede + inovação = desenvolvimento’.

Inovação é, muitas vezes, algo surpreendente. Portanto, o leitor não deve se assustar com o que verá nas próximas sessões, que contêm muitas provocações, estímulos ao pensamento e à prática que saem um pouco fora do que é considerado normal.

COMUNIDADE DE BEM-ESTAR SOCIAL

Já se falou muito do Estado de Bem-estar Social, uma experiência que floresceu em alguns países do chamado Primeiro Mundo depois da Segunda Grande Guerra. Números países (como o Brasil, por exemplo) jamais conseguiram ter essa experiência de *Welfare State*.

Atingidos por uma crise fiscal e por outras dimensões da crise do Estado-nação, muitos países, ricos inclusive, tiveram dificuldades de atingir ou manter o tal Estado de bem-estar. Nos anos 90, no Brasil e em outras nações, surgiu a idéia de trabalhar para uma “sociedade de bem-estar social” a ser construída, entre outras coisas, por meio de uma rede de proteção social.

A idéia é interessante, mas dificilmente poderá alavancar a quantidade de recursos suficiente para atender à crescente demanda das necessidades sociais somente a partir do protagonismo estatal. É necessário que dessa rede participem muitos outros atores, pertencentes a outras formas de agenciamento, como as empresas e as organizações da sociedade civil. Mesmo nesse caso, será ainda muito difícil fazer isso funcionar sem mobilizar os atores não estatais para participar e contribuir com o processo. As empre-

sas, as organizações da sociedade e os indivíduos não se mobilizam para aportar recursos de uma maneira genérica, a não ser em certos momentos e para certos eventos (como campanhas, por exemplo). Não se pode imaginar um sistema estável baseado em uma ação com tais características, descontinuada, intermitente.

A única maneira viável de somar recursos do Estado, do mercado e da sociedade civil de modo mais permanente, com alguma perspectiva de sustentabilidade, é enfocando o âmbito sócio-territorial a que pertencem esses governos, essas empresas e essas organizações da sociedade civil; ou seja, no âmbito local. Assim, uma comunidade de projeto que se forme em função de um processo de desenvolvimento local tem de fato condições de montar um sistema de seguridade social no seu âmbito. Teríamos, neste caso, uma comunidade de bem-estar social (ou melhor, miríades de *Welfare Communities* ao invés de um único *Welfare State*).

Isso, por certo, não resolve o problema de um sistema de proteção social capaz de abranger todas as localidades de um país. O Estado continua com a responsabilidade de prover políticas públicas universais nas áreas de educação, de saúde, de segurança alimentar e nutricional etc. Isso pode, porém, ajudar a resolver o problema daquela comunidade que resolveu assumir essa responsabilidade.

O caminho aqui é realizar em um lugar. Pode parecer muito pouco. Mas é melhor, convenhamos, do que não realizar em lugar algum. Muita gente pode pensar que isso não é relevante porque um país tem milhares de localidades. Mas quem pensa assim não entendeu nada do desenvolvimento local, o qual se realiza sempre por meio desse caminho: sempre visando a um lugar.

Sim, o caminho para a transformação do todo passa pelo um. E não porque se trate de uma estratégia cumulativa, que vise cobrir o universo inteiro de um país (ou do mundo) a partir da ação em cada localidade. E sim porque, na medida em que existam conexões e caminhos entre as localidades, uma mudança de comportamento diante de um problema ou oportunidade realizada em uma localidade tem a capacidade de contagiar outras localidades. Desde que exista a possibilidade de conexão local-global, o local conectado é o mundo todo.

Até hoje as políticas públicas foram pensadas para o país, quer dizer, para o âmbito do Estado-nação. No máximo pensou-se em focalizar determinadas políticas em setores mais excluídos, visando corrigir ou compensar suas defasagens de inserção ou de inclusão. Pois bem, agora chegou a hora de começar a pensar nas localidades.

Uma comunidade de projeto pode e deve pensar no bem-estar de seus membros. Mas é preciso ver o que significa bem-estar do ponto de vista social. Não basta ter melhores condições ou melhor qualidade de vida do ponto de vista de cada indivíduo e da soma dos indivíduos. É preciso ter também melhores condições ou melhor qualidade de convivência social.

Nas duas próximas seções vamos apresentar sugestões sobre o que pode ser feito por uma comunidade para melhorar o seu bem-estar nas áreas da educação, da saúde, do cuidado com suas crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

EDUCAÇÃO E SAÚDE COMUNITÁRIAS

Educação e saúde são vistas, em geral, como direito do cidadão e dever do Estado. Já é um avanço reconhecer direitos de cidadania. No entanto, é pouco.

Para uma concepção mais ampliada de cidadania, não pode haver direito sem responsabilidade. Assim, educação e saúde devem ser também responsabilidade do cidadão, não para desresponsabilizar o Estado de seus deveres constitucionais e sim para acrescentar novos olhares e novas razões de sociedade, agregar novas competências e alavancar novos recursos. E, além disso, para inovar.

Em primeiro lugar é preciso ver que o que chamamos de educação é o resultado de uma interação social. Uma educação para o desenvolvimento é uma interação capaz de fazer emergir novas competências e habilidades, aumentando a capacidade de dinamizar potencialidades. A conformação de ambientes sociais favoráveis à ocorrência e à reprodução desse tipo de interação (educativa para o desenvolvimento) constitui, portanto, uma prioridade do ponto de vista da comunidade de bem-estar.

É sempre a sociedade que educa, para além de seus aparelhos educativos, como a escola. A vida social no campo ou na cidade, com seus ritmos, repetições e regularidades, vai transmitindo comportamentos.

Existe por certo a educação familiar que, agora, está reflorescendo e tentando, em parte, substituir inclusive a educação escolar. Nos USA, por exemplo, está havendo

um certo *boom* de *homeschooling* (alunos recebendo aulas em casa, tendo como professores os próprios pais). “Mais de 850 mil crianças e adolescentes recebem aulas em casa. Isso representa 1,7% do total de alunos. No fim dos anos 80, esse número era de apenas 360 mil crianças. São estudantes que não vão à escola.

O *homeschooling* está crescendo a uma taxa de 11% ao ano. A tendência também se espalhou para a Inglaterra, onde 1% das crianças em idade escolar estudam em casa. O aprendizado é, de modo geral, de boa qualidade. Em 2000, os alunos que tiveram aula em casa conseguiram pontuação 10% mais alta que a média obtida pelos candidatos às universidades americanas. O movimento de educação doméstica foi iniciado na década de 60 por hippies que defendiam um ensino livre do “sistema educacional conformista”. Hoje o *homeschooling* é aceito por 75% das universidades e por todos os governos estaduais americanos. Na Inglaterra existe uma lei desde 1996 que permite essa forma de ensino” (3).

Pois bem. Por que não *communityschooling* (educação comunitária)? Educação comunitária tem muitas vantagens sobre a educação doméstica. Sobretudo a educação comunitária para o desenvolvimento (ou a educação para o desenvolvimento comunitário) poderia e deveria ser assumida pela própria comunidade.

Paralelamente, a comunidade em processo de desenvolvimento deveria incluir o desenvolvimento comunitário como uma nova disciplina no currículo de suas escolas. Isso pode ser feito no âmbito municipal ou, mesmo, nas escolas situadas em um distrito, povoado ou bairro engajado no desenvolvimento local.

A educação comunitária, entretanto, vai muito além dessas medidas. Processos educativos escolares e, principalmente, não-escolares podem e devem ser ensaiados em localidades envolvidas com a estratégia de desenvolvimento local, com currículos sintonizados com o sonho de futuro elaborado coletivamente pelas comunidades.

Jogos, representações teatrais, gincanas, mutirões, campanhas, artes, agricultura ecossistêmica, artesanato, experimentações científicas e uma grande variedade de outras manifestações culturais e ofícios podem ser utilizados em formas não-escolares de educação comunitária: sem muros, sem portas e sem a figura autoritária do diretor ou diretora da escola.

É um milagre que existam tantas crianças na escola. A maior parte dos alunos a frequenta resignada, porque é obrigada. A escola é chata. A escola é um “saco”. A escola

desliga o aluno (o paciente) da realidade viva e vibrante que está “lá fora” (e o fato de existir um “lá fora” já é um sintoma de uma coisa meio insustentável, quer dizer, de um arranjo mal feito, que não muda com a mudança das circunstâncias, que não dança conforme a música).

É claro que, nas circunstâncias atuais, considerando o quadro institucional e o padrão predominante das políticas públicas, precisamos da escola. Precisamos colocar todas as crianças na escola e ter escolas de qualidade, sem o que haverá mais exclusão em uma sociedade escolarizada. No entanto, isso não significa que não possamos, simultaneamente, inovar.

Assim, a comunidade em processo de desenvolvimento, mesmo que se esforce para colocar todas as crianças na escola e contribua para o aumento da qualidade da escola, não precisa ter nenhum compromisso com ideologias escolarizantes e pode trabalhar para a desescolarização da sociedade local, superando – por meio de experiências alternativas – a estrutura e a dinâmica desses centros reprodutores de costumes, normas de moralidade e crenças cujo objetivo geral é adaptar o ser humano a um tipo de sociedade em que não há muito espaço para a imaginação criadora e, conseqüentemente, para a inovação.

Na área da saúde, a primeira medida que pode ser adotada por uma comunidade em processo de desenvolvimento local é romper com a visão curativa, que aponta para a medicalização. Isso pode ser feito na medida em que se priorize a formação de agentes comunitários de saúde. Saber cuidar da saúde é, antes de qualquer coisa, estimular hábitos saudáveis de vida e adotar práticas preventivas. Essa é uma tarefa que pode ser feita por pessoas da própria comunidade que se dediquem ao assunto, que gostem de fazer isso e que sejam capazes de estudar e de exercitar essa vocação.

Os médicos e demais agentes de saúde deveriam ser recompensados com base no número de pessoas que não ficam doentes e não pelo número de pessoas que ficam doentes e são por eles tratadas. Se recebem pelo número de doentes, acabam se transformando em agentes de doença e não de saúde. Parece óbvio, mas os ideólogos dos sistemas de saúde ainda não conseguiram montar um esquema viável que não viva da exploração da doença e da venda de serviços médico-hospitalares especializados e de remédios. Pois bem, tal esquema, difícil de ser implantado no plano nacional, é viável em âmbito local se a saúde for uma preocupação sempre presente nos processos de desenvolvimento comunitário.

Para tanto, médicos de família e agentes comunitários – e não hospitais – são o fundamental. Os doentes devem ser encaminhados para hospitais maiores e centros de referência, dependendo da gravidade do seu estado e quando for o caso. Mas as estatísticas dos atendimentos ambulatoriais comprova que a imensa maioria dos problemas podem ser resolvidos em casa ou em um posto de saúde. Grande parte desses problemas, ademais, podem ser resolvidos sem tratamentos caros, com o emprego de recursos fitoterápicos e terapias alternativas. E boa parte deles podem ser prevenidos.

A saúde comunitária, entretanto, vai muito além disso. Ela pode avançar a partir da compreensão de que a saúde e a doença são processos sociais. No que tange à prevenção isso é mais óbvio. Mas, por incrível que pareça, a cura também. E ainda, por incrível que pareça, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, a saúde não é o contrário da doença. Saúde e doença, em termos coletivos, são variações no padrão de adaptação. Mas não é necessário que os ideólogos dos sistemas de saúde pública compreendam e aceitem isso para introduzir inovações no modo como uma comunidade trata da sua saúde.

INCORPORANDO AS CRIANÇAS E OS IDOSOS E INTEGRANDO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Ao contrário dos processos de desenvolvimento que, mitificando o papel da dimensão econômica, consideram apenas a chamada população economicamente ativa e os potenciais empreendedores empresariais, para estratégias de desenvolvimento local baseadas no investimento em capital social, como o DLIS, as crianças, os idosos e as pessoas com necessidades especiais são muito importantes.

Em geral esses setores da população são considerados “peso morto” pelo olhar pouco humano e pouco social dos agentes obcecados com o crescimento econômico. São tidos como fontes de despesa por parte dos formuladores de políticas governamentais. E são desprezados pelos estrategistas econômicos, que não reconhecem neles nenhuma potencialidade, nenhuma fonte de ativos para o desenvolvimento.

No entanto, tais setores constituem elementos importantes da vida social, “vida” sem a qual não pode ocorrer o fenômeno que interpretamos como desenvolvimento.

As crianças são importantes não porque, como tanto se repete, são o futuro e devem ser sustentadas e preparadas para, algum dia, substituírem os adultos nos papéis decisivos que hoje representam.

As crianças não são projetos de adultos, nem são adultos em miniatura. As crianças não são importantes apenas do ponto de vista biológico, da sobrevivência da espécie. As crianças são importantes no presente, justamente porque são diferentes dos adultos no presente.

Sem elas não haveria isso que chamamos de sociedade humana, no presente. É preciso cuidar delas, mas, sobretudo, é preciso contar com elas, incorporar a sua espontaneidade, o seu entusiasmo, a sua forma de se emocionar, a sua capacidade de desconcertar, de quebrar a rigidez dos códigos de conduta que servem a objetivos (muitas vezes pueris, no sentido de imaturos) dos adultos quando praticam todo tipo de abusos contra os semelhantes e se deixam levar por tolas disputas para alcançar riqueza, fama, poder ou glória.

Sobretudo, é preciso assimilar a capacidade das crianças de viver a vida como um jogo.

Quem já fez alguma campanha eleitoral certamente teve a oportunidade de apresentar o incrível papel das crianças. Quando um candidato consegue estabelecer alguma empatia com as crianças, é meio caminho andado para a vitória.

Essa “sabedoria emocional” das crianças constitui um insumo importante para o desenvolvimento. Os processos de desenvolvimento local devem, portanto, incorporar as crianças, envolvê-las nas ações, sem cair na tentação de transformá-las em mão-de-obra. Por exemplo, as crianças devem participar do exercício coletivo de visão de futuro e de visão de passado que é feito pela comunidade. Elas verão coisas que os adultos não vêem. E conseguirão ver os problemas de outras maneiras, que não são captadas pelas pessoas muito ocupadas e enquadradas.

As crianças podem ser incorporadas de muitas formas em dinâmicas verdadeiramente sociais. Não há receita. Mas, desde que se respeite e se leve em conta as crianças, elas assumirão os seus papéis.

Crianças não deveriam ser intoxicadas com ideologias particularistas, nem mesmo ideologias de desenvolvimento, não deveriam ser doutrinadas por reformadores do mundo e não deveriam receber aquele tipo de formação intensiva que tem como obje-

tivo imprimir indelevelmente certos padrões de comportamento, ao estilo do que fizeram algumas ordens religiosas, como os jesuítas, ou como ainda fazem certas correntes islâmicas fundamentalistas. Mas crianças educadas pela comunidade em processos democráticos participativos, participando livremente das redes de desenvolvimento comunitário, serão crianças diferentes no presente e adultos diferentes no futuro e isso pode, sim, contribuir e muito para alterar o modo de vida e de convivência social da comunidade onde crescerão.

Os idosos são a outra borda da rede social que começa com as crianças. Na verdade eles estão mais próximos das crianças do que os adultos, fechando o ciclo da vida humana.

Mais do que as crianças (que, pelo menos, são vistas como o futuro), os idosos são vistos como o passado e considerados um passivo do ponto de vista econômico e um fardo do ponto de vista social. Um peso a carregar pelos governos (inviabilizando os sistemas de previdência social) e uma fonte constante de preocupação para as famílias (que não sabem o que fazer com eles).

Tudo isso acontece porque não se vê que os idosos, considerados improdutivos em termos econômicos, podem ser, sim, muito produtivos do ponto de vista social. Quando uma pessoa deixa de ser produtiva do ponto de vista econômico, isso não significa que ela se torne improdutiva do ponto de vista social e sócio-produtivo, inclusive.

O ócio do idoso, remunerado pelos sistemas de aposentadoria atuais, não é, em geral, um ócio criativo. O idoso é desempoderado pela sociedade e não tem coragem para empreender, para inovar.

Se fosse considerado, pela sua experiência, pela sua sabedoria, pela sua paciência, pela sua tolerância, um ativo importante do desenvolvimento e um elemento insubstituível da vida social, o idoso deixaria de ser um problema e passaria a ser uma solução para muitos problemas. Por exemplo, o idoso pode cuidar das crianças (e isso, em determinadas circunstâncias, pode ser um casamento perfeito). O idoso pode participar dos processos de educação comunitária, contando “causos”, transferindo experiência e conhecimentos mesmo. O idoso pode ser guia turístico. O idoso pode ser conselheiro. E muitas outras coisas.

O idoso, na verdade, pode fazer quase tudo o que faz um adulto, milhares de atividades que não exigem plena vitalidade física. Se não o faz é porque, na maioria dos casos, é vítima de preconceito. Ou porque introjetou o preconceito e acha que seu tempo já passou, que não é mais capaz. Um idoso aposentado na frente da televisão é um passageiro na fila do ônibus que leva ao outro mundo.

As pessoas duram mais quando estão amando, quando estão desempenhando atividades socialmente reconhecidas, quando estão engajadas em um projeto, quando são animadas por um ideal, quando acham que seu tempo não se esgotou e que ainda têm uma missão a cumprir.

Idosos que compartilham os sonhos de futuro de uma comunidade de projeto são incorporados ao processo de desenvolvimento em pé de igualdade a todos os outros membros.

Para incorporar os idosos também não há receita. E, como no caso das crianças, desde que se respeite e se leve em conta os idosos, elas assumirão os seus papéis.

A rigor, todos nós somos pessoas com necessidades especiais, todos nós portamos diferenças – muitas vezes chamadas de deficiências. Isso depende do que imaginamos

que deva ser o padrão de normalidade. As pessoas com necessidades especiais são, antes de qualquer coisa, uma manifestação da diversidade humana e social. Não devem ser objeto de visões ideológicas perversas, de eugenia, como as que vigoravam, por exemplo, em Esparta.

As pessoas com necessidades especiais devem, por certo, receber cuidados especiais. Esses cuidados podem e devem ser assumidos pela comunidade em processo de desenvolvimento.

Muitas vezes tais cuidados podem ter o seu efeito potencializado por meio da convivência com crianças e com idosos, seres livres do produtivismo e que não vão ficar olhando o relógio e pensando quanta coisa mais importante estão deixando de fazer quando, por algum motivo, têm que perder tempo visitando ou tratando de um “deficiente”.

Sempre haverá alguma atividade que possa ser desempenhada – e reconhecida socialmente – por uma pessoa com necessidades especiais.

Mais do que isso: sempre haverá alguma atividade que poderá ser realizada de uma maneira melhor por uma pessoa julgada deficiente. Trata-se de encontrar a tarefa adequada, casar a necessidade com a possibilidade e a potencialidade, com a vocação, com aquele dom particular que todas as pessoas têm.

Mas para encontrar isso, as pessoas com necessidades especiais devem ser reconhecidas e a comunidade deve contar com elas na caminhada em direção ao seu futuro desejado.

UMA PAUTA SOCIAL

Do ponto de vista do desenvolvimento comunitário, existem alguns problemas no que, em geral, se chama de ‘pauta social’.

O primeiro problema é o seguinte: o que comumente se denomina de pauta (ou agenda) social refere-se quase sempre a uma pauta de políticas sociais compensatórias e de assistência social. O problema é que isso está longe, muito longe, de configurar uma pauta social.

Uma pauta social deveria dizer respeito às múltiplas dimensões da vida em sociedade, englobando não apenas aqueles itens que são necessários para proporcionar boas condições de vida aos indivíduos, mas também aqueles itens responsáveis por boas condições de convivência social à coletividade. Assim, deveriam fazer parte de uma pauta social os fatores que entram na composição do capital humano (e que se referem à capacidade de criar e recriar as condições para uma adequada existência individual – o que envolve a educação, a saúde, a alimentação e a nutrição, a cultura e a pesquisa, e várias outras áreas, sobretudo, o empreendedorismo) e do capital social (que se referem aos padrões de organização, de conexão em rede e de regulação democrática de uma sociedade, envolvendo os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e as suas relações com a boa governança e a prosperidade econômica).

O segundo problema é a maneira como, em geral, se quer enfrentar essa pauta “social” ou de assistência social. Em geral imagina-se que tal pauta “social” possa ser enfrentada por políticas compensatórias ou assistenciais ofertadas pelo Estado. Evidentemente, não se pode. Os recursos necessários para fazer isso a partir dos orçamentos

públicos não estão disponíveis aos governos da imensa maioria das nações na atualidade. E mesmo que estivessem, políticas baseadas em um padrão de oferta não dão conta de alavancar o desenvolvimento social se não estiverem combinadas com políticas de investimento em ativos humanos e sociais.

Os incluídos nas listas de beneficiários de programas estatais de oferta são excluídos pelo simples fato da sua inclusão nessas listas. Ao serem incluídos em tais listas (ou cadastros) passam a fazer parte do “estoque de pobres” assistidos compensatoriamente, estoque que é funcional para a manutenção de um sistema político que extrai sua legitimidade e suga sua energia vital dessas formas – em geral centralistas, assistencialistas e clientelistas – de relação entre Estado e sociedade.

A dependência desses programas é uma forma de não inclusão; ou melhor, enquanto continuarem dependentes desses programas – enquanto não forem encorajadas a caminhar com suas próprias pernas, enfrentando da sua maneira os seus problemas e aproveitando do seu jeito as oportunidades que lhes aparecem – as populações não estarão de fato incluídas no processo de desenvolvimento.

Assim, o terceiro problema é a idéia de inclusão (e de exclusão) apresentada, que, em geral, não se refere à inclusão em uma comunidade de projeto, nem mesmo ao acesso ao crédito e à propriedade produtiva, e sim ao consumo, aos serviços do Estado e às listas dos beneficiários dos seus programas de oferta, à cidadania (uma expressão cada vez mais vaga e que cada vez diz menos) e, enfim, aos recursos da vida civilizada moderna (via mercado).

Do ponto de vista do desenvolvimento local, entretanto, uma pauta mínima de assistência social pode e deve ser assumida pela própria comunidade. É muito importante que a comunidade celebre um pacto de cooperação pelo desenvolvimento no qual apareça com destaque o compromisso coletivo com itens como:

- a) erradicação do analfabetismo jovem (14 a 24 anos);
- b) redução do analfabetismo adulto;
- c) cobertura vacinal total (até 6 anos);
- d) redução do insucesso escolar no ensino fundamental (redução da distorção idade/série em 80%);

e) erradicação do trabalho infantil (até 16 anos);

f) erradicação do trabalho escravo;

g) redução da mortalidade na infância por desnutrição ou má-nutrição (visando atingir índices próximos daqueles apresentados pelos chamados países desenvolvidos).

A tudo isso, deve-se acrescentar a famosa inclusão dos excluídos: dos miseráveis e dos pobres de maneira geral, mas também (para além das crianças, dos idosos e das pessoas com necessidades especiais) dos jovens, dos enfermos, das mulheres vítimas de violência (sobretudo doméstica) e das chamadas minorias sociais que sofrem algum tipo de discriminação ou preconceito em virtude de raça, credo, gênero, grau de instrução, nacionalidade, cultura, crença etc., dos índios, dos acampados e assentados, dos remanescentes de quilombos, dos alcoólatras e drogados etc.

Quando a comunidade assume a responsabilidade por uma pauta mínima como essa, isso é bem diferente de quando tudo vira dever do Estado, desresponsabilizando a comunidade. Ao assumir tal responsabilidade a comunidade está incluindo no seu

projeto de futuro os seus excluídos, que são excluídos, antes de qualquer coisa, porque, até então, não faziam parte de nenhum projeto que se importasse com eles. Quando passa a fazer parte do projeto de futuro da comunidade, esse excluído se torna incluído. Porque só comunidades humanas podem, realmente, incluir seres humanos.

Essa é uma idéia diferente de inclusão (e de exclusão). Inclusão é comunhão. Ninguém se torna incluído porque recebeu uma esmola, mesmo que essa esmola seja praticada por agentes públicos e com recursos públicos. Ninguém se torna incluído porque se tornou paciente de um programa de oferta para o qual não passa de um número em uma estatística. Inclusão é conexão na rede do desenvolvimento comunitário, é se tornar mais um nodo, com nome e sobrenome, com características próprias distintas, com habilidades e competências, com capacidade de receber e de emitir estímulos, de imitar e de ser imitado, de participar, enfim, de um processo de mudança da sua própria vida e da vida coletiva.

Como argumenta Humberto Maturana, “um conjunto humano que não incorpora a conservação da vida de seus membros como parte de sua definição operatória como

sistema, não constitui um sistema social” (1). Em outras palavras, um sistema social conserva a vida de seus membros e não existem membros supérfluos em um sistema social. Isso pode não valer para sociedades de massa de nossos Estados-nações atuais, mas, com certeza, deve valer para comunidades de projeto.

Compromissos comunitários em torno da conservação da vida de seus membros exprimem altos padrões de convivência, que em geral não podem ser alcançados por sociedades com baixo estoque de capital social. Portanto, estratégias de desenvolvimento baseadas no investimento em capital social devem estimular a construção de pautas sociais assumidas pela própria comunidade.

UMA PAUTA AMBIENTAL

Uma pauta ambiental, em geral, diz respeito à conservação dinâmica do meio ambiente natural. Do ponto de vista do desenvolvimento, uma pauta ambiental não deve ser apenas uma pauta preservacionista, mas deve ser uma pauta de investimento no

capital natural, ou seja, em tudo aquilo que diz respeito às condições ambientais e físico-territoriais herdadas, regeneradas ou (re)construídas. Uma pauta ambiental, todavia, deve ir além do ambiente natural para abranger também os ambientes modificados pelo ser humano.

Há sempre muito a ser feito em termos de uma pauta ambiental por uma comunidade em processo de desenvolvimento. Por exemplo: o cuidado com as águas (dos rios, lagoas, represas, alagados e costas marítimas) e a sua despoluição, quando for o caso; a proteção e conservação das nascentes; o tratamento adequado dos resíduos industriais e dos efluentes líquidos e sólidos; a coleta seletiva e o tratamento do lixo; a recuperação de áreas degradadas; o repovoamento vegetal e animal (incluindo a vida microscópica); a adoção de processos ecossistêmicos de cultura, como a permacultura; o plantio de espécies adequadas nas áreas urbanas; a limpeza e embelezamento da cidade, das suas fachadas, ruas e praças; a criação de parques municipais e reservas particulares de proteção natural etc.

Também pode fazer parte de uma pauta ambiental a construção de um portal onde funcionará uma recepção da comunidade a todos os seus visitantes, a construção de um centro de lazer que funcione como uma espécie de sala de estar da cidade, a cons-

trução de um *shopping* comunitário ou de uma feira pública coberta para produtores agrícolas, hortifrutigranjeiros, artesanais etc. Esses ambientes, construídos em sintonia com o ambiente herdado, constituem expressões do cuidado que a comunidade tem com a conservação das condições que garantem a vida de seus habitantes atuais e das gerações futuras.

Na verdade uma pauta ambiental é sempre sócio-ambiental. O compromisso da comunidade com a chamada ‘Agenda 21 Local’ é fundamental e esse compromisso se materializa quando a localidade decide se engajar em um processo de desenvolvimento local integrado e sustentável.

UMA PAUTA POLÍTICA E CULTURAL

Para estratégias de desenvolvimento local baseadas no investimento em capital social, como o DLIS, essa é a pauta mais importante. Capital social é um conceito político. Para produzir e acumular capital social a comunidade tem que fazer política e tem que mudar a velha cultura política.

Como escreveu Michael Shuman (diretor da *Village Foundation's Institute for Economics and Entrepreneurship*), “o falecido Tip O’Neill costumava dizer que toda política é local. Talvez seja mais apropriado dizer que toda política significativa é local. A comunidade é o instrumento mais acessível para a expressão política coletiva, uma vez que é onde o cidadão tem maiores possibilidades de derrotar as forças da corrupção... e da apatia, e engajar-se em um processo democrático. É também onde os indivíduos exercem maior influência sobre suas relações econômicas e políticas – onde mesmo pequenos gestos podem melhorar a qualidade da vida cotidiana. E o mais importante, é onde a formulação de políticas adquire uma face humana” (4).

Shuman sugere várias medidas políticas que podem ser implementadas por uma comunidade em processo de desenvolvimento que caminha em direção à sua auto-suficiência (ou autodependência), como a declaração de direitos e garantias da comunidade, o relatório do estado da cidade, a prefeitura amiga da comunidade, a reforma política, o *lobby* em favor do localismo e o interlocalismo (5).

Existe, todavia, uma imensa variedade de iniciativas voltadas para a mudança política local. Uma pauta mínima sobre isso já está incorporada na versão 2004 da metodologia do DLIS, na chamada dimensão sócio-política: a Capacitação dos Agentes Estatais para a Gestão de Programas Inovadores, a Interlocação Política Pública e o Pacto pela Democracia Local.

O Pacto pela Democracia Local é, de longe, a coisa mais importante, em termos políticos, que uma comunidade em processo de desenvolvimento pode fazer. Todavia, várias outras iniciativas que incidem sobre o ambiente político-cultural local podem ser implementadas por quase todas as comunidades em processo de desenvolvimento, como o ‘Calendário da Cidade’ (que pode ser aprovado pela Câmara dos Vereadores), com a instituição de novas festividades (ou resgate/reanimação de antigas datas comemorativas), inclusive com o chamado ‘Dia da Conexão’, em que as lideranças comunitárias vão visitar uma localidade “irmã”. Não é despropositado propor também uma ‘Lei do Desenvolvimento Local’, normatizando a maneira pela qual a comunidade se prepara para caminhar e caminha em direção ao futuro coletivamente desejado (mas, no caso do DLIS, tal lei só deveria ser cogitada a partir do primeiro ano do processo de implantação da metodologia).

MIL PAUTAS INOVADORAS DE DESENVOLVIMENTO

São inumeráveis as possibilidades de ação de uma comunidade em processo de desenvolvimento. Algumas dessas ações precisam de dinheiro, de financiamento externo, outras não. Muitas atividades e empreendimentos podem ser realizados com base nos ativos humanos e sociais que toda localidade, em maior ou menor grau, já possui.

Em toda comunidade há uma mina de ouro, um tesouro enterrado que os economistas não costumam ver: “recursos humanos desempregados, instituições cívicas subutilizadas e ativos econômicos rejeitados. Em um maravilhoso livro intitulado ‘Building Communities from the Inside Out’, John P. Kretzmann e John L. McKnight (Evanston: 1993), da Rede de Inovações de Bairros da Universidade Northwestern, mostram, passo a passo, de que forma uma comunidade pode identificar, avaliar e aproveitar esses recursos. Há muitos tipos de ativos humanos potencialmente úteis, mas ainda não aproveitados: a inventividade dos jovens; as habilidades esquecidas dos aposentados; as mentes ativas dos portadores de necessidades especiais; o instinto de sobrevivência das mães que vivem da assistência social e dos sem-teto; e os talentos inexplorados de artistas locais. Há associações subutilizadas que formam a sociedade civil, especial-

mente nas comunidades menores... instituições de atendimento ao público sem fins lucrativos como igrejas, hospitais e universidades públicas... [e há, ainda] ativos inanimados que foram descartados: prédios vazios, maquinaria ociosa, terrenos vazios, áreas industriais abandonadas, energia desperdiçada e água mal utilizada” (6).

Uma comunidade em processo de desenvolvimento pode inventar mil pautas inovadoras de desenvolvimento. Poderíamos fazer uma lista, mas ela seria infundável. Dessa lista poderiam constar ações, programas e empreendimentos locais, como:

:: Alternativas de construção civil utilizando materiais e *know how* locais

:: Aproveitamento do lixo e dos rejeitos industriais para arte e artesanato, construção civil, fabricação de brinquedos e utensílios

:: Arranjos ecológicos combinando culturas sinérgicas (por exemplo, bambu + cogumelo + minhoca no esquema “Emissão Zero” ou a chamada “Mandalla”, uma combinação permacultural)

:: Banco comunitário, programa de microcrédito (“banco do povo”) e oferta de outros serviços microfinanceiros

- :: Centros de recuperação de máquinas, equipamentos e veículos antigos
- :: Centros de apoio a micro e pequena empresa
- :: Centros de voluntariado
- :: Circuitos gastronômicos
- :: Combinados urbano-rurais
- :: Consórcios comunitários (para aquisição de eletrodomésticos, máquinas e equipamentos industriais, veículos etc.)
- :: Consórcios habitacionais comunitários
- :: Cooperativas de produção, de crédito e de serviços
- :: Disseminação do bambu e montagem de uma bambuzeria
- :: Empresas de participação comunitária (captando a poupança local)
- :: Empresas em rede (com os conectados trabalhando em suas próprias casas)

- :: Hortas comunitárias e escolares
- :: Jornal comunitário
- :: Moeda comunitária
- :: Mutirões de construção de habitações populares
- :: Parques comunitários
- :: Plano de previdência comunitária
- :: Plano de saúde comunitário
- :: Programa de artesanato (estimulando a recuperação da tradição artesanal local)
- :: Programas inovadores locais de capacitação profissional de jovens, de alfabetização de jovens e adultos, de alfabetização digital e de alfabetização ecológica
- :: Rádio e TV comunitárias
- :: Redes de sócio-economia solidária

:: Redes jovens de telecentros

:: *Shopping* comunitário

:: Sistemas sócio-produtivos locais (como os chamados APLs – Arranjos Produtivos Locais)

:: Spas e centros de saúde alternativos

:: Telecentros comunitários

E muitas, muitas outras coisas. Nada disso, porém, é essencial para uma estratégia de desenvolvimento local baseada no investimento em capital social, como veremos na próxima e última seção.

LIBERDADE PARA DESENVOLVER

O que é essencial em uma estratégia de desenvolvimento local baseada no investimento em capital social?

Para resumir em um parágrafo, o essencial é devolver às pessoas a capacidade de sonhar e de correr atrás dos próprios sonhos e fortalecer a sua capacidade de comunidade, quer dizer, de compartilhar seus sonhos e de cooperar na busca de objetivos comuns, exercendo seu protagonismo para alavancar seus próprios recursos na solução de problemas locais, conectando-se horizontalmente em rede, democratizando decisões e procedimentos e inaugurando novos processos participativos de caráter público.

Favorecer o empreendedorismo individual e coletivo, a cooperação, as redes e a democracia: isso é o essencial, por exemplo, para o DLIS.

Para tanto, a coisa mais importante é a liberdade. Sim, ao contrário do que pensam muitos técnicos de instituições, governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais, de fomento e de apoio ao desenvolvimento, desenvolvimento tem tudo a ver com liberdade.

Desenvolvimento implica sempre uma ampliação da esfera da liberdade humana. Pode haver crescimento econômico sem mais-liberdade, mas não pode haver desenvolvimento.

Assim como há um potencial humano que precisa de liberdade individual para ser desenvolvido, também há um potencial social que precisa de liberdade coletiva para ser desenvolvido.

Em cada localidade, há uma força coletiva interior que está aprisionada. É preciso libertar essa força coletiva interior.

Então, as perguntas que temos que fazer são: 1) O que é preciso fazer para libertar essa energia endógena que está aprisionada? 2) Quem a está aprisionando? 3) Como quebrar as cadeias que a estão aprisionando? Se respondermos a essas perguntas vamos descobrir por que uma comunidade não se desenvolve e o que fazer para contribuir com o seu desenvolvimento.

POR QUE UMA COMUNIDADE NÃO SE DESENVOLVE?

Existe um exercício simples que pode ser feito por qualquer conjunto de lideranças ocupadas com o desenvolvimento de uma localidade. Trata-se de um exercício para elaborar a “fórmula para impedir que uma comunidade se desenvolva”. Propõe-se às pessoas que elaborem uma fórmula contendo os fatores que, reunidos de uma certa maneira, conseguiriam, a seu ver, bloquear o desenvolvimento comunitário.

Toda vez que tal exercício foi feito com agentes de desenvolvimento, as “fórmulas” encontradas continham um ou vários dos seguintes fatores:

::: As pessoas repetem o que sempre fizeram \Leftrightarrow porque existe algo desmobilizando a sua criatividade e a inovação, em geral uma cultura que não as encoraja a fazer nada diferente do que já foi feito e, pelo contrário, infunde o medo de que empreender é muito arriscado e pode trazer prejuízos.

::: As pessoas permanecem na condição de beneficiárias passivas \Leftrightarrow porque foram transformadas em pacientes de programas assistenciais que já vêm prontos, desestimulando o enfrentamento coletivo dos problemas comuns.

::: As pessoas ficam esperando recursos que vêm de fora \Leftrightarrow porque tais recursos são sempre conseguidos pela intermediação (clientelista) de algum benfeitor em troca de certo tipo de apoio (em geral eleitoral), substituindo a cooperação que alavanca recursos da própria comunidade pela competição por esses recursos de fora (para ver quem os conseguirá e quem deles se aproveitará).

::: As pessoas desconfiam umas das outras, não acreditam na capacidade das outras de fazer alguma coisa que beneficie a coletividade \Leftrightarrow porque sua cooperação é desestimulada por chefes (centralizadores), que dizem que só eles têm poder para resolver os problemas (se tiverem apoio, em geral eleitoral).

::: As pessoas e as organizações se relacionam verticalmente, em uma escala de subordinação, preocupadas o tempo todo com sua posição de poder e com sua capacidade de mandar \Leftrightarrow porque ficam à mercê da vontade de algum político poderoso para o qual não interessa a troca de informações e a articulação em rede da população para fazer qualquer coisa autonomamente.

::: As pessoas não participam das decisões sobre os assuntos comuns e nem são chamadas a colaborar para a realização de ações que dizem respeito aos destinos da comunidade <=> porque alguém (algum tipo de organização social ou política antidemocrática) não conta com elas e as exclui da esfera pública.

Libertar a comunidade dos efeitos dessa cultura política – apassivadora, competitiva, hierárquica e autocrática – que é contrária ao empreendedorismo individual e coletivo, à prática da cooperação e à sua ampliação social, às redes e à democracia participativa, é a “fórmula” do desenvolvimento porque é a “fórmula” para libertar o potencial social que está aprisionado. Ou, em outras palavras, para produzir e reproduzir, em escala ampliada, o capital social.

Não se pode fazer isso eliminando os agentes que reproduzem essa cultura ao adotarem práticas políticas assistencialistas, clientelistas, centralizadoras hierárquicas e antidemocráticas, que impedem a comunidade de se desenvolver. Os agentes políticos tradicionais florescem e reflorescem nesse tipo de cultura. Se conseguirmos bloquear a ação de alguns deles, surgirão outros tantos.

A única maneira de coibir as práticas políticas insufladas por tal cultura é adotando práticas contrárias, ou seja, insuflando o empreendedorismo individual e coletivo, a cooperação, as redes e a democracia participativa. Uma estratégia de indução do desenvolvimento local, deve, portanto, lançar mão de uma metodologia que estimule essas práticas libertárias.

ATINGINDO A ‘ESCALA SOCIAL’

Entretanto, parece muito difícil estimular práticas libertárias quando os agentes disponíveis para fazer tal trabalho estão, eles próprios, possuídos por mitos e intoxicados por preconceitos de uma cultura que aprisiona ao invés de libertar. Além disso, uma metodologia baseada em uma colagem de ações destinadas a estimular a disseminação de novos comportamentos empreendedores, cooperativos e democráticos seria bastante complicada de aplicar se não tivesse um eixo, um centro, um fulcro, um ponto sobre o qual apoiar a alavanca para conseguir dar conta de mover todo o resto.

Pois bem. Este fulcro existe. É a rede. Do ponto de vista social, a rede é o início e o fim de tudo em termos de desenvolvimento. Porque a comunidade se desenvolvendo é sinônimo de sua rede social aprendendo.

A forma e o comportamento culturais manifestam-se como propriedades que emergem da dinâmica complexa das redes sociais.

Quanto mais tramada por dentro (por redes sociais) for uma localidade e quanto mais conectada para fora ela estiver, maior será o seu ‘poder’ de gerar (novos) padrões replicáveis de comportamento. Quanto mais tramada por dentro (por redes sociais) for uma localidade, menor ela será em termos sociais (quer dizer, em termos da sua ‘escala social’). Quanto menor o mundo (no sentido de mais tramado por redes sociais ou da existência de mais caminhos entre seus nodos), mais potente socialmente ele será (e mais capacidade terá de produzir e reproduzir em escala ampliada o capital social).

Portanto, o centro de tudo, de toda a estratégia de desenvolvimento local baseada no investimento em capital social, é tornar o mundo pequeno em termos sociais. Aumentar a conectividade dentro da localidade até atingir a ‘escala social’ ótima para a comunidade que vive e convive ali. Aliás, o que chamamos de comunidades são ‘mundos

pequenos' que atingiram certo grau de "tramatura" do seu tecido social. A ampliação social da cooperação, que dá origem ao (ou co-origina o) fator do desenvolvimento designado pelo conceito de capital social (e que é o conteúdo do que chamamos de 'poder social'), ocorre (ou exclusivamente, ou predominantemente) em comunidades.

É o sistema como um todo (a rede social) que confere 'poder social' aos seus componentes (humanos). Todo 'poder social' é empoderamento humano. Se queremos que as pessoas sejam encorajadas para empreender, para exercer um protagonismo cooperativo na busca de soluções para os seus problemas, temos que aumentar a "tramatura" do seu tecido social; ou seja, temos que construir redes sociais.

Quanto mais conectada (por dentro e para fora) estiver uma comunidade, mais condições ela terá de usar novos padrões de comportamento (como novos programas). Chamamos de desenvolvimento ao grau de desenvolvimento desses programas (que dá a medida da sua capacidade de induzir comportamentos em virtude do seu 'poder social' de gerar e replicar seus próprios padrões).

Quanto menor (e, portanto, mais potente socialmente) é um mundo, mais chances terão de se propagar mudanças de comportamento ensaiadas por seus componentes (ou seja, mais susceptível ele será à mudança social e, portanto, ao fenômeno que chamamos de desenvolvimento).

O LUGAR MAIS DESENVOLVIDO DO MUNDO

Neste livro começamos fazendo uma proposta. Uma proposta de investimento em capital social para tornar a localidade onde você vive ou convive no lugar mais desenvolvido do mundo.

Pode parecer um exagero, mas não é. O lugar mais desenvolvido do mundo não é o lugar com mais prédios, com mais máquinas, com mais armas, e sim, apenas, o melhor lugar para se viver e conviver. Isso é para você, que gosta de um lugar e quer viver e conviver ali. Se você não gosta do lugar onde está, não deve investir nele. Neste caso você deve, simplesmente, procurar outro lugar para morar, para trabalhar ou para frequentar.

Neste livro você viu que o desenvolvimento da sua comunidade tem que ser criado – inventado – por ela. Não pode ser transferido de outro lugar. Não pode ser conferido por ninguém.

Você viu também que aguardar a chegada do desenvolvimento não adianta. Ele não chegará nunca. A liberdade de uma comunidade serve para promover o desenvolvimento dessa localidade; ou, em outras palavras, para criar uma nova localidade. Não há certo nem errado nesse caminho. Cada caminho será um novo caminho, a ser aberto e trilhado pelos participantes da rede de desenvolvimento comunitário. O lema das cooperativas Mondragon é “construímos a estrada na medida em que viajamos”. E toda comunidade, para ser sustentável, deve encontrar seu próprio caminho.

REFERÊNCIAS

- (1) SACHS, Wolfgang (1992). “Um só mundo” *in* SACHS, W. (1992). Dicionário do Desenvolvimento”. Petrópolis: Vozes, 1992.
- (2) Apovada em 14/03/2000, na sede da UNESCO, Paris.
- (3) VEJA edição 1.829, 19 de novembro de 2003; p. 56.
- (4) SHUMAN, Michael (2000). “Going Local: creating self-reliant communities in a global age”. New York: Routledge, 2000.
- (5) A íntegra dessas medidas sugeridas por Shuman pode ser encontrada, em português, no meu livro “A revolução do local: globalização, glocalização, localização”. São Paulo / Brasília: Cultura / AED, 2003.
- (6) SHUMAN, Michael (2000). “Going Local” *op. cit.*

SOBRE ESSE LIVRO

O lugar mais desenvolvido do mundo

Augusto de Franco

ISBN 978-85-62069-20-8

Editor-geral: Eduardo Melo

Capa: Leonardo Lemos sobre foto de Stuart Pilbrow

Publicado pela [Editora Plus](#) em setembro de 2009.

SOBRE A EDITORA PLUS

A Editora Plus, ou *Projeto para o Livre Uso do Saber*, tem como objetivo publicar livros inéditos e gratuitos, exclusivamente em formato eletrônico, sem custo algum para autores e leitores. Também desenvolvemos projetos educacionais nessa área. É a primeira editora do Brasil a publicar livros para celular, e a primeira a publicar no standard internacional .ePub. Para conhecer mais sobre nosso trabalho e outros livros publicados, visite editoraplus.org.

O que você pode fazer com esse livro

A você é dado direito de distribuir esse livro, tanto faz se for em meio impresso ou eletrônico. Você pode copiar e passar adiante para todo mundo. Esse livro não pode ser alterado de nenhuma forma, e você não pode cobrar nada por ele.

Download

Esse livro foi publicado em 4 formatos diferentes (ePub, PDF, Mobi e Java) e pode ser baixado gratuitamente no site editoraplus.org. Versão 1.0.

Copyright

Este livro foi liberado pelo autor para o domínio público.